



PREFEITURA
ITABIRITO



PREGÃO ELETRÔNICO

PE 90060/2024 – PL 189/2024 – RP 035/2024

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (984637)

OBJETO

Aquisição de **FÓRMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS**, através de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências que serão estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.675.058,55 (Cinco milhões seiscentos e setenta e cinco mil cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/01/2025 às 13h (horário de Brasília)

PORTAL ELETRÔNICO

COMPRAS.GOV.BR disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

MISTO



EDITAL		
Pregão Eletrônico nº 90060/2024	Data de abertura: 22/01/2025 às 13:00hrs no sítio www.compras.gov.br	
Processo nº 189/2024	SRP? nº 035/2024 <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Modo de Disputa: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e Fechado
Objeto: Aquisição de FÓRMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS , através de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências que serão estabelecidas neste instrumento.		
Valor total estimado: R\$ 5.675.058,55 (Cinco milhões seiscentos e setenta e cinco mil cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Misto	Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Prazo para envio da proposta/documentação: Até dia 22/01/2025	Decreto 7.174? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica
Pedidos de esclarecimentos: Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, pelo e-mail: licitacao@pmi.mg.gov.br	Impugnações: Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, pelo e-mail: licitacao@pmi.mg.gov.br	
Prazos para Envio: Resposta da Negociação: Até 30 minutos Proposta Ajustada: Até 2 horas Documentos de Habilitação: Até 2 horas	Prazo para Intenção de Recurso: 30 minutos	
	Prazo para Razões de Recurso e Contrarrazões: 3 dias úteis	
Documentação de Proposta		
Requisitos básicos: Verificar Item 4 do Edital seção "Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação" e Item 5 do Edital seção "Do Preenchimento da Proposta"	Requisitos específicos: <ul style="list-style-type: none">• Registro do produto no Ministério da Saúde.• Indicar na proposta de preços o número do Registro do Produto no Ministério da Saúde e apresentar o arquivo extraído do site da ANVISA contendo o número de registro do item ofertado.• Informação nutricional/tabela nutricional dos produtos ofertados.• Relação dos ingredientes que compõem o produto ofertado.	
Documentação de Habilitação		
Requisitos básicos: Verificar Item 9.3 do Termo de Referência seção "Exigências de habilitação"	Requisitos específicos: <ul style="list-style-type: none">• Qualificação econômico-financeira• Qualificação Técnica	
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do Município de Itabirito pelo endereço www.compras.gov.br , selecionando as opções Cidadão > Consulta detalhada de Compras Públicas > Contratações pela Lei 14.133 a partir de 01/04/2023 > Cód. UASG "984637". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no www.compras.gov.br e também no endereço: www.itabirito.mg.gov.br .		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2024

EDITAL

(Processo Administrativo nº 189/2024)

(Registro de Preços nº 035/2024)

Torna-se público que o(a) Município de Itabirito/MG, por meio do(a) Diretoria de Licitações e Contratos, sediado(a) Avenida Queiroz Júnior, 635, Praia, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 14.754, de 10 de fevereiro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura aquisição de **FÓRMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS**, através de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências que serão estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



- 3.5.** A licitação será exclusiva para ME e EPP, para os itens **03, 06, 08, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 39, 42, 48, 50, 51 e 52**, os demais itens serão para ampla concorrência.
- 3.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.7.** Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8.** O impedimento de que trata o item 3.5 e 3.5.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.15.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



- 4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro, bem como da perda do direito ao benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.16. **Registro do produto no Ministério da Saúde.**



4.17. Indicar na proposta de preços o número do Registro do Produto no Ministério da Saúde e apresentar o arquivo extraído do site da ANVISA contendo o número de registro do item ofertado.

4.18. Informação nutricional/tabela nutricional dos produtos ofertados.

4.19. Relação dos ingredientes que compõem o produto ofertado.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total ou desconto, por item/lote, da prestação do serviço/fornecimento;

5.1.2. Marca/Fabricante, quando couber;

5.1.3. Modelo/Versão, quando couber;

5.1.4. Quantidade cotada, onde o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

5.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.6. Dados Bancários para pagamento;

5.1.7. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta), dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas



necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



- 6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



- 6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. Empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade conforme tabela do Termo de Referência.*
- 6.22.2. **Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.**
- 6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.5. **O pregoeiro concederá o prazo de até 30 minutos, prorrogável por igual período, para envio da negociação, qual seja envio da resposta do preço sugerido pelo pregoeiro.**
- 6.22.5.1. Decorrido o prazo informado no item anterior, em caso de ausência de resposta da negociação, o pregoeiro poderá proceder com a desclassificação da proposta do primeiro colocado em caso da mesma se encontrar acima do valor estimado.
- 6.22.5.2. Decorrido o prazo informado no item 6.22.5, em caso de ausência de resposta da negociação, o pregoeiro procederá com a classificação da proposta do primeiro colocado em caso da mesma se encontrar dentro do valor estimado.
- 6.22.5.3. O pregoeiro poderá, com base no princípio da vantajosidade, classificar a proposta do primeiro colocado, mesmo que o envio da negociação ocorra após decorrido o prazo informado no item 6.22.5, **SOMENTE** se o pregoeiro ainda não tiver procedido com a desclassificação ou a classificação no sistema.
- 6.22.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.7. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,**



acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.6 deste edital.

7.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.3.1. Contiver vícios insanáveis;

7.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços, conforme art. 47, § 3º, II do Decreto 14.754/2023.

7.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.4.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.4.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



- 7.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.7.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.7.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.7.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.7.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, inclusive sobre planilhas de composição de custos, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.



- 7.10.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.12.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.13.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.14.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor/prestador detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.2.1.** SICAF;
- 8.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 8.2.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- 8.2.4.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://www.certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 8.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 8.4.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 8.4.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 8.4.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 8.4.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



- 8.5. Caso atendidas as condições de participação elencadas acima, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio digital que possa ter sua autenticidade conferida.
- 8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e às bases de dados oficiais constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, podendo realizar, de ofício, em sede de diligência, inclusive no tocante a documentos eventualmente não apresentados.
- 8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



- 8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.16. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.17.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.17.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.17.3. Apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante.
- 8.18. A realização ou não de diligência ocorrerá mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro anteceder de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, caso o mesmo julgue necessário, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido nos itens 8.16.1.
- 8.19. A apresentação de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores por meio de diligência será realizada nos termos do item 8.18 e findo o prazo concedido sem o envio da nova documentação restará preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.
- 8.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.21. Para fins de análise da habilitação quanto ao cumprimento das documentações técnicas e/ou econômico-financeira, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.
- 8.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.
- 8.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



8.24. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



- 10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.
- 11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Constituem comportamentos enquadrados como deixar de entregar a documentação exigida, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

12.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.1.2. Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

12.1.1.3. Fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

12.1.1.4. Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação;

12.1.1.5. Deixar de atender a convocações do Agente de Contratação ou Pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória.

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Ofertar preço inexecutável na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

12.1.2.4. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.5. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.6. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.7. Abandonar o certame.

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação, considerando-se como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Administração Pública Municipal, com exceção da conduta disposta no item 12.1.4.

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



- 12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. Advertência;
- 12.2.2. Multa;
- 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da data do recebimento da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5.** Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
- I - Tumultuar a sessão pública da licitação;
- II - Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- III - Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
- IV - Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V - Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- VI - Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- VII - Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;



VIII - Não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

IX - Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

X - Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

XI - Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XII - Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XIII - Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIV - Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XV - Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - Não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVII - Subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15



(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelos seguintes meios: preferencialmente na forma eletrônica, encaminhados para o e-mail licitacao@pmi.mg.gov.br ou no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, ou protocolizada no Setor de Protocolo da Prefeitura, localizado na Avenida Queiroz Junior, nº. 635, Bairro Praia, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, de 08:00h às 18:00h, sob pena de não acolhimento.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Nos casos de divergência entre as especificações do objeto descritas na relação de itens do site <http://www.comprasnet.gov.br/> e as especificações do Edital, a licitante deverá considerar as descrições do Termo de Referência - Anexo I do Edital. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no sítio oficial do Município <https://www.itabirito.mg.gov.br/>.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no sítio oficial do Município <https://www.itabirito.mg.gov.br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 14.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.5. ANEXO V – Decreto e Instruções Normativas Pertinentes

Itabirito, 02 de agosto de 2024.

JOEL DIAS DE
MIRANDA:00
371497680

Assinado de forma
digital por JOEL DIAS DE
MIRANDA:00371497680
Dados: 2024.12.02
11:01:21 -03'00'

Joel Dias de Miranda
Assistente Administrativo
Matrícula 2.519

MARINA PEDROSA Assinado de forma digital
por MARINA PEDROSA
NIQUINI:10336817
681 Dados: 2024.12.02
14:39:47 -03'00'

Marina Pedrosa Niquini
Diretora Depto de Licitações e Contratos
Matrícula 45.560



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2024

(Processo Administrativo nº 189/2024)

(Registro de Preços nº 035/2024)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de **FÓRMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS**, através de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências que serão estabelecidas neste instrumento.

1.1. DESCRIÇÃO DOS ITENS da Solicitação de Compras nº 860/2024

Item	Código Compras Net	Descrição	Descrição Ampliada	UN	Qtde.	Preço Unit.	Total
001	404944	DIETA EM PO A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA NUTRICIONALMENTE COMPLETA	NORMOCALORICA NA DILUICAO PADRAO, HIPOSSODICA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN. DENSIDADE CALORICA 1,0 KCAL/ML. CONTENDO APROXIMADAMENTE: 14 A 16% DE PROTEINA; 55 A 56 % DE CARBOIDRATOS (100% MALTODEXTRINA); 29 A 30 % LIPIDEOS ; SABOR: NEUTRO; EMBALAGEM: LATA 800G.MARCAS DE REFERENCIA: NUTRISSON SOYA, TROPHIC, PLENIS , NUTRO PREMIUM SOY OU EQUIVALENTE.	LA	1500	R\$ 132,3520	R\$ 198.528,0000
002	466384	SUPLEMENTO ORAL HIPERCALÓRICO E HIPERPROTEICO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS E RISCO NUTRICIONAL ELEVADO	COMPOSIÇÃO APROXIMADA: MÍNIMO DE 1,5 KCAL/ML, 23 A 27% DE PROTEÍNA, 40 A 48 % DE CARBOIDRATOS E 30 A 33% DE LÍPIDEOS. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E SEM FIBRAS. SABOR NEUTRO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM CONTEÚDO APROXIMADO DE 200ML. MARCAS DE REFERENCIA: FRESUBIN PROTEIN ENERGY DRINK 200ML, FORTICARE 125ML, NUTRIDRINK PROTEIN 200ML, FORTIMEL 200ML, PEPTAMEN 250ML OU EQUIVALENTE.	EM	9000	R\$ 14,2875	R\$ 128.587,5000
003	403936	ESPESSANTE I ESPESSANTE PARA DIETA ENTERAL OU ORAL	CONTENDO AMIDO DE MILHO OU ARROZ MODIFICADO, PODENDO SER UTILIZADO EM PREPARAÇÕES LÍQUIDAS E SEMISSOLIDAS, QUENTES OU FRIAS. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCA DE REFERENCIA : RESOURCE ESPESSANTE PO, NUTRICLIN, BIOSEN OU EQUIVALENTE	GR	100000	R\$ 0,6964	R\$ 69.640,0000
004	410628	MISTURA DE AMINOÁCIDOS ESSENCIAIS E NÃO ESSENCIAIS EM PO, ISENTA DE FENILALANINA. PARA CRIANÇAS DE 1 E 8 ANOS DE IDADE COM FENILCETONÚRIA.	APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCA DE REFERENCIA: MILUPA PKU 2 PRIMA, PKUMED B PLUS, PKU NUTRI 2 OU EQUIVALENTE	GR	200000	R\$ 0,8700	R\$ 174.000,0000



005	438826	ESPESSANTE II ESPESSANTE PARA DIETA ENTERAL OU ORAL	CONTENDO MALTODEXTRINA, GOMA XANTANA E GELIFICANTE CLORETO DE POTASSIO, PODENDO SER UTILIZADOS EM PREPARACOES QUENTES OU FRIAS. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCA DE REFERENCIA : RESOURCE THICKEN UP CLEAR OU EQUIVALENTE	GR	250000	R\$ 0,6010	R\$ 150.250,0000
006	466384	SUPLEMENTO ORAL HIPOPROTEICO E HIPERCALORICO PARA PACIENTES COM NEFROPATIAS	EM TRATAMENTO CONSERVADOR. REDUZIDA EM POTÁSSIO E FÓSFORO. COMPOSICAO APROXIMADA: 2,0 KCAL/ML, 7 POR CENTO PROTEINA, 61 A 63 POR CENTO CARBOIDRATOS E 30 A 32 POR CENTO LIPIDEOS. APRESENTACAO: SACHÊ COM CONTEÚDO APROXIMADO DE 92G QUE RENDA APROXIMADAMENTE 200ML. MARCA DE REFERENCIA: PLENI R PÓ SACHÊ DE 92G, PLENI R PÓ SACHÊ DE 92G, OU EQUIVALENTE	UN	500	R\$ 13,0250	R\$ 6.512,5000
007	439865	SUPLEMENTO ALIMENTAR INFANTIL DE 1 A 10 ANOS SUPLEMENTO EM PO INFANTIL	NORMOCALORICO NA DILUICAO PADRAO, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS. ISENTA DE LACTOSE E GLUTEN COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML: 2,2 A 3,5 G DE PROTEINAS; 12 A 15 G DE CARBOIDRATOS E 3,0 A 3,5G DE LIPIDEOS. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 400G. MARCAS DE REFERENCIA: PEDIASURE COMPLETE 400G, NUTREN JUNIOR 400G ,FORTINI, PRODIET TROPHIC INFANT OU EQUIVALENTE.	EM	1300	R\$ 138,4525	R\$ 179.988,2500
008	442647	SUPLEMENTO ORAL HIPOPROTÉICO E HIPERCALÓRICO PARA PACIENTES COM NEFROPATIAS	EM TRATAMENTO CONSERVADOR. REDUZIDA EM POTÁSSIO E FÓSFORO. COMPOSICAO APROXIMADA: 2,0 KCAL/ML, 7 POR CENTO PROTEINA, 61 A 63 POR CENTO CARBOIDRATOS E 30 A 32 POR CENTO LIPIDEOS. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 200 ML MARCA DE REFERENCIA: NUTRI RENAL 200 ML, REPLENA 220ML OU EQUIVALENTE	EM	3000	R\$ 13,9850	R\$ 41.955,0000
009	438837	FORMULA ENTERAL NORMOPROTEICA E NORMOCALORICA ADULTO DIETA, LIQUIDA	PRONTA PARA USO, NORMOCALORICA (1,0 A 1,2KCAL/ML) E NORMOPROTEICA (14 A 18 POR CENTO) - PROTEINAS DE ALTO VALOR BIOLOGICO - ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTEN. SABOR: NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM TETRAPACK CONTENDO 1000 ML. REFERENCIA: ISOSOURCE SOYA, TROPHIC SOYA, NUTRI ENTERAL, FRESUBIN ORIGINAL COM DISPONIBILIZAÇÃO DE FRACIONADOR OU EQUIVALENTE.	EM	6000	R\$ 35,1300	R\$ 210.780,0000
010	439865	FORMULA DE AMINOACIDOS ELEMENTAR II FORMULA ELEMENTAR DE AMINOACIDOS, NUTRICIONALMENTE COMPLETA	EM PO, PARA CRIANCAS ACIMA DE 3 ANOS COM ALERGIAS ALIMENTARES OU DISTURBIOS DA DIGESTAO E ABSORCAO DE NUTRIENTES. ISENTA DE PROTEINA LACTEA, LACTOSE, SACAROSE, GALACTOSE, FRUTOSE, GLUTEN E SOJA E OU DERIVADOS DA SOJA. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 100 KCAL, PROTEINA 2,5G (100 % DE AMINOACIDOS LIVRES), CARBOIDRATO 15G E GORDURA 3,5G. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 400G. MARCAS DE REFERENCIA: NEO ADVANCE OU EQUIVALENTE.	EM	1000	R\$ 289,6175	R\$ 289.617,5000



011	438837	FORMULA ENTERAL NORMOPROTEICA E NORMOCALORICA COM FIBRAS ADULTO DIETA ENTERAL, LIQUIDA, PRONTA PARA USO	, NORMOCALORICA (1,0 A 1,2KCAL/ML) E NORMOPROTEICA (14 A 18 POR CENTO) - PROTEINAS DE ALTO VALOR BIOLOGICO - ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTEN. FIBRAS: ENTRE 14 E 20G/1000ML (ENTRE FIBRAS SOLUVEIS E INSOLUVEIS). APRESENTACAO: EMBALAGEM TETRAPACK COM CONTEUDO APROXIMADO DE 1000 ML. MARCAS DE REFERENCIA: ISOSOURCE SOYA FIBER® (NESTLE); NUTRI ENTERAL SOYA FIBER (NUTRIMED) OU EQUIVALENTE	EM	4000	R\$ 26,3600	R\$ 105.440,0000
012	479046	SUPLEMENTO ORAL E/OU ENTERAL PARA PORTADORES DE DIABETES MELLITUS OU PACIENTES COM RESTRICAO DE ACUCAR	, SEM LACTOSE, GLUTEN E SACAROSE . COMPOSICAO APROXIMADA: 1,0 a 2,0 CAL/ML, PROTEINAS DE 17 A 24 %, LIPIDEOS 32 A 42 %, FIBRAS DE 1 A 4 G/100ML. APRESENTACAO: EMBALAGEM TETRAPACK 1000ML OU OUTRA EMBALAGEM COM DISPONIBILIZAÇÃO DE FRACIONADOR.MARCAS DE REFERENCIA: DIAMAX, DIBEN OU EQUIVALENTE.	EM	2000	R\$ 77,7950	R\$ 155.590,0000
013	469928	FORMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR E HIPOALERGENICA , EM PO	A BASE DE PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA. CONTENDO OLEOS VEGETAIS E/OU DE PEIXE, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE, PROTEINA LACTEA E GLUTEN. INDICADA PARA CRIANCAS DE 0 A 1 ANO. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 65 A 70KCAL, PROTEINA 1,7G A 2,1G, CARBOIDRATO DE 6,8 A 8,1G E GORDURA DE 2,9 A 3,5 G. SABOR: NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 400G. MARCAS DE REFERENCIA: PREGOMIN PEPT (DANONE) , ALFARÉ, OU EQUIVALENTE.	EM	1500	R\$ 194,5800	R\$ 291.870,0000
014	466384	DIETA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA COM DENSIDADE CALÓRICA MÍNIMA DE 1.5 KCAL/ML, COM FIBRAS (MÍNIMO 8 GRAMAS/L), ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN	APRESENTAÇÃO LIQUIDA EM EMBALAGEM TETRAPACK DE 1000ML. .MARCA DE REFERENCIA: NUTRISON ENERGY 1000ML ; ISOSOURCE 1,5KCAL 1000ML, NUTRI FIBER 1.5 1000ML OU EQUIVALENTE	EM	2600	R\$ 29,0950	R\$ 75.647,0000
015	453646	FORMULA LACTEA ANTI REGURGITACAO PARA LACTENTES	ACRESCIDA DE OLEO VEGETAL, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: 67 A 68 KCAL, PROTEINA 1,2 A 1,8 CARBOIDRATO DE 7,2 A 8,1G E GORDURAS 3,1 A 3,7G. APRESENTACAO: LATA COM 400G. MARCAS DEREFERENCIA: NAN ESPESAR AR, APTAMIL AR, ENFAMIL PREMIUN AR OU EQUIVALENTE.	EM	500	R\$ 34,7225	R\$ 17.361,2500
016	439865	FORMULA LACTEA PARA SEGUNDO SEMESTRE DE VIDA FORMULA ALIMENTAR DE SEGUIMENTO, EM PO	PARA LACTENTES NO SEGUNDO SEMESTRE DE VIDA, COM PROTEINAS LACTEAS, OLEOS VEGETAIS ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, ATENDENDO AS RECOMENDACOES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 67 A 68KCAL, PROTEINA 1,4G A 2,1G, CARBOIDRATO DE 7,9 A 8,1G E GORDURA	EM	500	R\$ 38,6120	R\$ 19.306,0000



			2,9G A 3,1G. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCAS DE REFERENCIA: NAN PRO 2, APTAMIL 2 ,ENFAMIL PREMIUM 2, NESTOGENO 2 OU EQUIVALENTE.				
017	456302	NUTRICAÇÃO HIPERPROTEICA PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS FORMULADO COM ARGININA	CONTENDO APROXIMADAMENTE: 1 KCAL/ML. PROTEÍNAS ACIMA DE 20%; CARBOIDRATOS ENTRE 49 A 52%, LÍPIDEOS 25 A 30%. ISENTO DE SACAROSE E LACTOSE. SABOR NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM TETRAPACK COM CONTEUDO APROXIMADO DE 1000ML OU OUTRA EMBALAGEM COM DISPONIBILIZAÇÃO DE FRACIONADOR. MARCA DE REFERENCIA: IMPACT (NESTLE), CUBISON TP LITRO (DANONE) OU EQUIVALENTE. OBSERVAÇÃO: QUALQUER UM DOS SABORES OFERECIDOS NO MERCADO, EXCETO TORTA DE LIMÃO, POR TER SIDO REJEITADO PELOS PACIENTES. MARCA DE REFERENCIA: IMPACT (NESTLE) OU EQUIVALENTE	LT	300	R\$ 113,2450	R\$ 33.973,5000
018	480010	SUPLEMENTAÇÃO DE FIBRAS SOLÚVEIS CARACTERÍSTICA DO PRODUTO,	CONTER 2 OU MAIS DAS SEGUINTE FIBRAS: GOMA GUAR PARCIALMENTE HIDROLIZADA, INULINA, FRUTO OLIGOSSACARÍDEOS(FOS), POLIDEXTROSE. SABOR NEUTRO. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCAS DE REFERENCIA: FIBER MAIS, FIBER FOS (INVICTUS), FOSVITA(VITAFOR), BENVITAL FIBRAS 250G (NUTRICIUM), PROBENE-FOS 250G, RESOUCER FIBER MAIS 260G OU EQUIVALENTE	GR	30000	R\$ 0,4700	R\$ 14.100,0000
019	404994	SUPLEMENTO ALIMENTAR ENTERAL HIPERPROTEICO ADULTO	COMPOSIÇÃO APROXIMADA: 1 KCAL/ML, TEOR DE PROTEÍNA MAIOR QUE 30% E GORDURAS NO MÁXIMO 31%. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERÁ ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. MARCA DE REFERENCIA: NUTREN SENIOR PO, NUTRIDRINK PROTEIN ADVANCED, EREMIX ADVANCE OU EQUIVALENTE.	GR	160000 0	R\$ 0,2533	R\$ 405.280,0000
020	435236	SUPLEMENTO ORAL HIPERPROTÉICO E HIPERCALÓRICO PARA PACIENTES COM NEFROPATIAS EM TRATAMENTO DIALÍTICO RESTRITO EM SÓDIO POTÁSSIO E FÓSFORO	COMPOSIÇÃO APROXIMADA: 1,5 a 2,0 KCAL/ML, 15 A 20 % DE PROTEÍNA, 34 A 55 % DE CARBOIDRATOS E 28 A 48 %DE LÍPIDEOS.SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 200 ML. MARCAS DE REFERENCIA: NOVASOURCE RENAL 200ML, NUTRI RENAL D 200 ML, DIALY CARE 200ML, HDMAX, FRESUBIN 2 KCAL DRINK 200ML (FRESENIUS) OU EQUIVALENTE.	EM	2000	R\$ 26,2900	R\$ 52.580,0000
021	466384	SUPLEMENTO ORAL PARA PACIENTES COM DIABETES MELLITUS OU COM RESTRIÇÃO DE AÇÚCAR LIVRE SEM LACTOSE, GLUTEN E SACAROSE	COMPOSIÇÃO APROXIMADA: 1,0 KCAL/ML, PROTEÍNAS DE 17 A 24 %, LÍPIDEOS 32 A 46 %, FIBRAS DE 1 A 4 G/200ML. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 200ML.MARCA DE REFERENCIA: DIASIP 200ML, GLUCERNA SR 200 ML, DIAMAX 200ML, NUTRI DIABETIC 200ML OU EQUIVALENTE.	EM	15000	R\$ 18,3150	R\$ 274.725,0000



022	466384	DIETA POLIMERICA PARA NUTRICAO ENTERAL	nutricionalmente completa, com densidade calórica mínima de 1.5 kcal/ml, proteínas entre 17 a 20%, lipídeos até 35% do Volume Calórico Total. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Apresentação líquida em embalagem tetrapack de 1000ml ou com fracionador .MARCA DE REFERENCIA: Trophic EP 1,5kcal 1000ML, Isosource 1,5kcal 1000ML, Nutri Enteral 1,5 kcal 1000ML, Fresubin HP Energy 1000mL ou equivalente.	EM	3000	R\$ 50,4525	R\$ 151.357,5000
023	404956	SUPLEMENTO ORAL HIPERCALORICO	NORMOPROTÉICO E HIPERLIPÍDICO CARACTERIZADO DE UMA EMULSÃO DE GORDURAS PARA NECESSIDADES MUITO ELEVADAS DE ENERGIA, VOLUME ALIMENTAR REDUZIDO E/OU RESTRIÇÃO PROTÉICA. COM TRIGLICÉRIDEOS DE CADEIA MÉDIA E LONGA.COMPOSICAO APROXIMADA: 5 KCAL/ML, 0 POR CENTO PROTEINA, 3 POR CENTO CARBOIDRATOS E 97 POR CENTO LIPIDEOS. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 125 ML. MARCA DE REFERENCIA: FRESUBIN SHOT 5 KAL 125ML OU EQUIVALENTE	EM	1000	R\$ 19,1500	R\$ 19.150,0000
024	479046	DIETA ENTERAL PARA DIABETICO EM PO NUTRICIONALMENTE COMPLETA	, NORMOCALORICA, BAIXO INDICE GLICEMICO, ESPECIFICO PARA NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PACIENTES DIABETICOS OU COM HIPERGLICEMIA, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTEN, BAIXO TEOR DE SODIO - MARCA DE REFERENCIA: PENTASURE OU EQUIVALENTE. APRESENTAÇÃO POTE COM COTEUDO APROXIMADO DE 400GR	PO	800	R\$ 77,2475	R\$ 61.798,0000
025	442688	DIETA ENTERAL 100 POR CENTO PROTEINA HIDROLISADA PARA PACIENTES PEDIATRICOS	A BASE DE PEPITIDEO COM BAIXO INDICE GLICEMICO E COMBINAÇÃO ADEQUADA DE LIPÍDIOS. INDICADO PARA PACIENTES COM RETARDO DE ESVASIAMENTO GÁSTRICO E RISCOS DE BRONCOASPIRAÇÃO E DIFICULDADE NA ABSORÇÃO DE PROTEINAS, ISENTA DE LACTOSE E GLUTEN - APRESENTAÇÃO 400G . MARCA DE REFERENCIA : PEPTAMEN JUNIOR OU EQUIVALENTE.	PO	1000	R\$ 268,1033	R\$ 268.103,3000
026	404750	MODULO DE FIBRAS	ALIMENTARES, MÍNIMO DE 60% FIBRAS SOLÚVEIS. NÃO ALTERA A TEXTURA NEM O SABOR DOS ALIMENTOS. SEM SABOR. APRESENTAÇÃO: DE 250 A 300G.	PO	500	R\$ 61,5450	R\$ 30.772,5000
027	437367	FORMULA INFANTIL COM PROTEINAS ISOLADA DE SOJA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ADICIONADA DE L-METIONIMA	ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEINA LACTEAS. INDICADA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: DENSIDADE CALORICA: 66-72 KCAL, PROTEINA 1,8G A 2,3G, CARBOIDRATO DE 6,7G A 8G, GORDURA DE 3,1 A 3,6G. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. REFERENCIA:ENFAMIL SOJA,ISOMIL ,NANSOY, APTAMIL SOJA 1 (DANONE) OU EQUIVALENTE.	GR	200000	R\$ 0,1483	R\$ 29.660,0000
028	437367	FORMULA INFANTIL COM PROTEINAS ISOLADA DE SOJA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ADICIONADA DE L-METIONIMA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEINA LACTEAS.	COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: DENSIDADE CALORICA: 66-72 KCAL, PROTEINA 1,8G A 2,3G, CARBOIDRATO DE 6,7G A 8G, GORDURA DE 3,1 A 3,6G. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA	GR	200000	R\$ 0,1550	R\$ 31.000,0000



		INDICADA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES.	EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. REFERENCIA: ENFAMIL SOJA, ISOMIL, NAN SOY, APTAMIL SOJA 2 (DANONE) OU EQUIVALENTE.				
029	312718	FORMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES	MENORES DE 1 ANO, COM INTOLERANCIA A LACTOSE, ISENTA DE LACTOSE A BASE DE LEITE DE VACA. CONTENDO OLEOS VEGETAIS ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 66 A 70 KCAL, PROTEINA 1,0 A 1,4 CARBOIDRATO DE 7,0 A 7,8G E GORDURA 3,3 A 3,6G. SABOR: NEUTRO APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 400G; REFERENCIA: APTAMIL SEM LACTOSE PO, NAN SEM LACTOSE, ENFAMIL SL PREMIUM OU EQUIVALENTE	EM	300	R\$ 50,7850	R\$ 15.235,5000
030	439865	FÓRMULA INFANTIL E DE SEGMENTO PARA LACTENTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA À BASE DE PROTEÍNA HIDROLISADA DE ARROZ,	DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS, COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE. INDICADO PARA CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: DENSIDADE CALORICA: 68: KCAL, PROTEINA: 1,8G, CARBOIDRATO DE 7,4G, GORDURAS TOTAIS 3,4G. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM DE 400G. REFERENCIA: NOVAMIL RICE, NOVALAC RICE OU EQUIVALENTE	EM	300	R\$ 248,5450	R\$ 74.563,5000
031	438826	MODULO DE GLUTAMINA MODULO DE L-GLUTAMINA 100POR CENTO	PURA PARA NUTRICAO ENTERAL OU ORAL. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. SABORES: SEM SABOR. MARCAS DE REFERENCIA: GLUTAMINA GLUTAMAX (VITAFOR); GLUTAFLORA (INVICTUS) OU EQUIVALENTE	GR	50000	R\$ 0,5867	R\$ 29.335,0000
032	404997	SUPLEMENTO ALIMENTAR ADULTO SUPLEMENTO ORAL, EM PO	, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, ACIDOS GRAXOS E FIBRAS SOLUVEIS. COMPOSICAO APROXIMADA: PROTEINA 15 A 23 POR CENTO; CARBOIDRATOS 53 A 58 POR CENTO. DENSIDADE CALORICA: 1 A 1,5 KCAL/ML UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. SABORES: APRESENTAR A POSSIBILIDADE DE OFERECER EM TRES SABORES SE NECESSARIO BAUNILHA, CHOCOLATE E MORANGO. REFERENCIA: ENSURE PO (ABBOT), NUTRIDRINK MAX, SUSTEMIL MAX, NUTREN ACTIVE OU EQUIVALENTE	GR	800000	R\$ 0,1250	R\$ 100.000,0000
033	440996	MODULO DE SIMBIOTICO	(PROBIÓTICOS/LACTOBACILUS E OU BÍFIDO BACTÉRIAS + FIBRAS SOLÚVEIS). INDICADO PARA TRATAMENTO DE ALTERAÇÃO INTESTINAL (DIARRÉIA OU CONSTIPAÇÃO INTESTINAL). INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. ISENTO DE GLÚTEN. APRESENTACAO EM PÓ. SACHE DE 5 A 7 G. MARCA DE REFERENCIA: QUALIPRO 7,1 G (BROWORLD), SIMBIOFLORA 6G (INVICTUS), FIBER MAIS FLORA 5G (NESTLÉ) OU EQUIVALENTE	UN	8000	R\$ 8,0400	R\$ 64.320,0000



034	393346	MÓDULO DE CREATINA 100 % MONOHIDRATADA, PURA PARA NUTRICAÇÃO ENTERAL OU ORAL.	MÓDULO DE CREATINA 100 % MONOHIDRATADA, PURA PARA NUTRICAÇÃO ENTERAL OU ORAL. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERÁ ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. SABORES: SEM SABOR. MARCAS DE REFERÊNCIA: CREA FOR (VITAFOR), CREALIFT (ESSENTIAL NUTRITION), CREATINE CREA PURE (NUTRIFY) OU EQUIVALENTE	GR	150000	R\$ 0,3825	R\$ 57.375,0000
035	439865	FORMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR E HIPOALERGENICA EM PO A BASE DE PROTEINA	EXTENSAMENTE HIDROLISADA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA. CONTENDO OLEOS VEGETAIS E/OU DE PEIXE, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, ISENTA DE SACAROSE, FRUTOSE, PROTEINA LACTEA E GLUTEN. INDICADA PARA CRIANÇAS DE 0 A 1 ANO. COMPOSIÇÃO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 65 A 70 KCAL, PROTEÍNA 1,7G A 2,1G, CARBOIDRATO DE 7,3 A 8,1G E GORDURA DE 2,9 A 3,5 G. SABOR: NEUTRO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM CONTEÚDO APROXIMADO DE 400G. MARCAS DE REFERÊNCIA: APTAMIL PEPT, ALTHERA OU SIMILAR.	EM	1000	R\$ 80,5475	R\$ 80.547,5000
036	433154	Dieta enteral nutricionalmente completa para crianças até 6 anos de idade, normocalórica e normoproteica, de baixa osmolaridade. Distribuição de macronutrientes: 40 a 60% carboidratos; 10 a 20% proteínas; 30 a 40% lipídios.	UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERÁ ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA.	GR	100000	R\$ 0,1425	R\$ 14.250,0000
037	446367	Fórmula de probiótico com cinco ou mais cepas de microorganismos liofilizados e altamente concentrados,	eficazes na recomposição da flora intestinal, que agem em sinergia, trazendo diversos benefícios ao organismo. Resistente ao pH do estômago; Composto por lactobacilos, lactococcus e bifidobactérias mais amplitude de atuação no TGI; Bactérias probióticas nas quantidades de 1x10 ⁹ UFC/g de cada um dos microrganismos Total de 5 bilhões de microrganismos vivos; Cepas liofilizadas (processo que dispensa o acondicionamento em geladeira) Apresentação: Sachês de 5 a 10g	EM	1500	R\$ 11,4675	R\$ 17.201,2500
038	439865	FÓRMULA DE AMINOACIDOS ELEMENTAR I FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES, DE 0 A 36 MESES, NÃO ALERGÊNICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA COM 100 % DE AMINOÁCIDOS LIVRES, UTILIZADA POR VIA ORAL OU ENTERAL	SUPLEMENTADA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS - DHA (ACIDO DOCOSAHEXAENOICO) E ARA (ACIDO ARAQUIDONICO), VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, MALTODREXINA, GALACTOSE, GLUTEN E SOJA/DERIVADOS. COMPOSIÇÃO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 67 A 71 KCAL, PROTEÍNA 1,9 A 2,0G, CARBOIDRATO DE 7,0 A 8,1G E GORDURA 3,4 A 3,6G (Micronutrientes, no mínimo: Cálcio 70 mg, Selênio 2,0 µg, Cromo 1,5 µg, Iodo 14 µg, Cobre 57 µg, Magnésio 7,0 mg, Molibdênio 1,6 µg, Fósforo 50mg, Cloro 50mg, Potássio 74mg, Vitamina E 0,63 mg-alfa-TE, Vitamina K 5,9 µg, Colina 12 mg, Nucleotídeos 3,3 mg). APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM CONTEÚDO APROXIMADO DE 400G. REFERÊNCIA - NEOCATE LCP OU EQUIVALENTE.	EM	1000	R\$ 278,2875	R\$ 278.287,5000



039	479046	DIETA ENTERAL PARA DIABÉTICO LÍQUIDA	NUTRICIONALMENTE COMPLETA, DENSIDADE CALÓRICA 1.0 KCAL/ML, BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO, ESPECÍFICO PARA NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PACIENTES DIABÉTICOS OU COM HIPERGLICEMIA, ADEQUADO TEOR DE FIBRAS - EMBALAGEM 1000ML - REFERÊNCIA DIANUTRE TERRA	EM	1000	R\$ 45,7100	R\$ 45.710,0000
040	442856	DIETA CETOGÊNICA PARA CRIANÇAS COM EPILEPSIA REFRATÁRIA	COM 4G DE GORDURA PARA CADA 1G DE CARBOIDRATOS + PROTEÍNAS E ADICIONADO VITAMINAS E MINERAIS EM QUANTIDADE BALANCEADAS. EMBALAGEM: 300G	EM	600	R\$ 302,2600	R\$ 181.356,0000
041	453662	FÓRMULA INFANTIL PARA RECÉM NASCIDOS PRÉ TERMO E/OU ALTO RISCO	EM PÓ, CONTENDO ÁCIDO ARAQUIDÔNICO (ARA), DOCOSAHEXAENOICO (DHA) E NUCLEOTÍDEOS. A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS (FOS E GOS). EMBALAGEM: 400G	EM	600	R\$ 157,1125	R\$ 94.267,5000
042	439865	SUPLEMENTO NUTRICIONAL HIPERCALÓRICO (1.5KCAL A 2,0KCAL/ML) -	ENRIQUECIDO COM VITAMINA C, SELÊNIO E ZINCO. ISENTA DE LACTOSE E GLÚTEN. PRODUTO FORMULADO PARA PACIENTES ACIMA DE 10 ANOS DE IDADE. INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES CALÓRICO-PROTEICAS ELEVADAS. EMBALAGEM: 200ML - MARCA DE REFERÊNCIA NUTREN 1.5	EM	6000	R\$ 10,7350	R\$ 64.410,0000
043	435227	DIETA ENTERAL 100% PROTEÍNA HIDROLISADA DO SORO DO LEITE PARA PACIENTES ADULTOS	- À BASE DE PEPTÍDEOS E NORMOCALÓRICA. INDICADA PARA PACIENTES COM INTOLERÂNCIA GASTROINTESTINAL E DIFICULDADE NA ABSORÇÃO DE PROTEÍNA. ISENTA DE GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM APROXIMADA DE 400G.	EM	1000	R\$ 127,5425	R\$ 127.542,5000
044	442837	MÓDULO DE PROTEÍNA EM PÓ - ALTO VALOR BIOLÓGICO, SOLÚVEL EM ÁGUA, SABOR NEUTRO. ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM: 240G A 300G		EM	1200	R\$ 155,4550	R\$ 186.546,0000
045	442837	MÓDULO DE PROTEÍNA EM PÓ ISOLADA DO SORO DO LEITE - ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM: 250 A 300G		EM	1200	R\$ 141,1425	R\$ 169.371,0000
046	479046	DIETA ENTERAL LÍQUIDA 1.5 - HIPERCALÓRICA E NORMOPROTEICA. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE, GLÚTEN E FIBRAS. DENSIDADE CALÓRICA 1,5 KCAL/ML. EMBALAGEM: 1000ML = 1500 KCAL.		EM	2400	R\$ 71,0650	R\$ 170.556,0000
047	413075	MÓDULO DE FIBRAS - FIBRAS ALIMENTARES, MÍNIMO DE 60% FIBRAS SOLÚVEIS. NÃO ALTERA A TEXTURA NEM O SABOR DOS ALIMENTOS. SEM SABOR. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 250 A 300G.		EM	1500	R\$ 63,2150	R\$ 94.822,5000
048	239863	FORMULA INFANTIL COM PROTEÍNAS ISOLADA DE SOJA, ENRIQUECIDA COM FERRO	E ADICIONADA DE L-METIONINA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNA LÁCTEAS. INDICADA PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. COMPOSIÇÃO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: DENSIDADE CALÓRICA: 67-72 KCAL, PROTEÍNA 1,4G A 2,3G, CARBOIDRATO DE 6,7G A 8G, GORDURA DE 3,1 A 3,6G. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERÁ ADEQUADA AO	GR	80000	R\$ 0,1438	R\$ 11.504,0000



			TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA REFERENCIA: ENFAMIL SOJA, ISOMIL , NANSOY OU EQUIVALENTE.				
049	427802	MÓDULO DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE ISOLADA, EM PÓ, PARA NUTRIÇÃO ORAL E ENTERAL, DE ALTO VALOR BIOLÓGICO	ALTA DIGESTIBILIDADE E RÁPIDA ABSORÇÃO, APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. COMPOSIÇÃO: 100% PROTEÍNA ISOLADA DO SORO DO LEITE. MARCA DE REFERENCIA: WHEY PROTEIN VITAFOR, FRESUBIN PROTEIN POWDER OU EQUIVALENTE.	GR	350000	R\$ 0,2300	R\$ 80.500,0000
050	427802	FORMULA LACTEA PARA PRIMEIRO SEMESTRE DE VIDA FORMULA ALIMENTAR DE PARTIDA, EM PO,	COM PROTEINAS LACTEAS, OLEOS VEGETAIS ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, ATENDENDO AS RECOMENDACOES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 66 A 68 KCAL, PROTEINA 1,2G A 1,5G, CARBOIDRATO DE 7G A 7,6G E GORDURA DE 3,3 A 3,7G. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCAS DE REFERENCIA: APTAMIL 1, NAN COMFORT 1, SIMILAC 1 OU EQUIVALENTE.	GR	400000	R\$ 0,0900	R\$ 36.000,0000
051	403935	SUPLEMENTACAO PROTEICA MODULO DE PROTEINA DE ALTO VALOR BIOLOGICO (100 % DE CASEINATO DE CALCIO)	PARA DIETA ENTERAL OU ORAL, DE FACIL DILUICAO. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTEN. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCAS DE REFERENCIA: RESOURCE PROTEIN, CASEICAL, BEMVITAL CASEINATO (NUTRICIUM), NUTRI PROTEIN, PRODIET PROTEIN, MODULO P EREMIX OU EQUIVALENTE.	GR	24000	R\$ 0,2025	R\$ 4.860,0000
052	442688	Fórmula Infantil para lactentes e de seguimento destinada a necessidades dietoterápicas específicas,	enriquecida com ácidos graxos poli insaturados (ARA e DHA) e densidade calórica de 1kcal/mL. Indicado para crianças de 0 a 12 meses de idade com cardiopatias congenitas, fibrose cística, insuficiência respiratória, déficit pondero-estatural ou desaceleração do crescimento, restrição hídrica ou intolerância a aumento de volume. Apresentação: Unidade de Medida em gramas que sera adequada ao tipo de embalagem oferecida. Marca de referencia : Infantrini ou equivalente.	GR	120000	R\$ 0,3075	R\$ 36.900,0000
053	466384	FÓRMULA LÍQUIDA PARA SUPLEMENTAÇÃO, USO DE NUTRIÇÃO ENTERAL (SONDA) OU ORAL, NORMOCALÓRICO, HIPERPROTEICO, COM NUTRIENTES ESPECÍFICO PARA A CICATRIZAÇÃO	ISENTO DE GLÚTEN. COMPOSIÇÃO APROXIMADA POR 100ML - 128 A 140KCAL, PROTEINA - 10G(SENDO 1,5G DE ARGININA E 1G DE PROLINA) , CARBOIDRATO - 14 A 16G E LÍPIDEOS - 3,5 A 3,7G. APRESENTACAO: EMBALAGEM DE 200 ML. MARCA DE REFERENCIA: CUBITAN, NOVASOURCE PROLINE OU EQUIVALENTE. OBSERVAÇÃO: QUALQUER UM DOS SABORES OFERECIDOS NO MERCADO , EXCETO TORTA DE LIMÃO, POR TER SIDO REJEITADO PELOS PACIENTES.	EM	10000	R\$ 15,2025	R\$ 152.025,0000

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme arts. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



1.4. O prazo de vigência da contratação é de um ano contados a partir da publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo, observado o intervalo não inferior a 12 (doze) meses contados da data limite fixada para apresentação da proposta.

1.6. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pelo Contratado.

1.7. Encerrado o procedimento de contratação, o licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

2.1. Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte. Assim os itens com valor estimado inferiores a R\$ 80.000,00 serão exclusivos ou reservados à ME/EPP (inciso I, art. 48, da LC 123/2006 OU, sucessivamente, inciso III, art. 48, da LC 123/2006), ou de acordo com as hipóteses previstas nos incisos II, III e IV, do art. 49, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos e a estimativa das quantidades a serem contratadas estão descritas na solicitação de compras elaboradas no Sistema Integrado de Compras, que foram norteadas pelos relatórios e média de consumo dos medicamentos, estoque atual e validades dos produtos em estoque e detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência e no Estudo Técnico Preliminar.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Utilizamos alternativas variadas para aquisição de Fórmulas Nutricionais Industrializadas para assegurar a aquisição de todos os produtos fornecidos aos pacientes, observados alguns critérios, incluindo a vantajosidade, quais sejam:

- Análise do mercado no momento da aquisição observando os valores praticados e se há problemas relacionados a fabricação.
- Consulta a planilha comparativa de preços dos vários processos disponíveis para aquisição, Consórcio Intermunicipal e processos licitatórios realizados pela PMI.

5.1. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

5.2. SUSTENTABILIDADE:

O dimensionamento adequado das aquisições de Fórmulas Nutricionais Industrializadas são fundamentais para diminuir as perdas por vencimento.



O processo utilizado atualmente para tratamento dos resíduos como produtos vencidos ou com avarias é a incineração, que consiste na combustão dos produtos a altas temperaturas, transformando-os em cinzas, permitindo ser tratadas e devolvidas ao meio ambiente com o menor dano possível.

Como em qualquer tipo regulamentado de destinação de resíduos, a tecnologia de incineração pode levar a formação de gases tóxicos na atmosfera, gerar subprodutos contendo substâncias tóxicas, além do custo elevado de operação e manutenção (Oliveira; Reis; Pereira, 2000).

Fonte: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-17092006-222425/publico/ICap7Incineracao.pdf>

5.3. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

Não serão exigidas marcas ou modelos para a contratação, a citação de marcas de referência após a descrição ampliada de cada item serve como norteador para as licitantes, com o objetivo de esclarecer a qual produto a descrição está relacionada.

5.4. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

5.5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

Não será exigido a apresentação de amostra nessa contratação.

5.6. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

5.7. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

5.8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5.9. CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DA GARANTIA DO PRODUTO (FABRICANTE, GARANTIA LEGAL OU GARANTIA CONVENCIONAL), DA MANUTENÇÃO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Será aplicada ao produto/bem, somente a garantia legal estabelecida Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1. As Fórmulas Nutricionais Industrializadas deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico Setor de Materiais Médicos, situado no Polo industrial Santa Luzia, Rodovia MG 30, km 72- Rua: Engenheiro Simão Lacerda, número 3650, Bairro Gutierrez, nesta cidade, no horário de 7:00h as 13:00h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

6.1.2. Os produtos objeto da presente licitação serão entregues de forma parcelada pela CONTRATADA, de acordo com as Notas de Autorização de Fornecimento emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, os produtos deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal N.14.133/21.

6.1.3. As embalagens dos produtos devem apresentar número de lote, data de fabricação e data de validade.



6.1.4. O acondicionamento e transporte dos produtos devem ser feitos dentro dos padrões e recomendações técnicas, devidamente protegidos de pós e variações de temperatura.

6.1.5. Os produtos serão recebidos provisoriamente, para posterior verificação da conformidade com a quantidade, especificação e preço, comparando-se os dados descritos na Autorização de Fornecimento com a Nota Fiscal.

6.1.6. A aceitação definitiva dar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas.

6.1.7. Caso o fornecimento apresente irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões solicitados, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará a regularização no momento da entrega e abrirá o prazo para a regularização de 5 (Cinco) dias úteis a partir da formalização do pedido de regularização.

6.1.8. As validades dos produtos recebidos deverão ser de no mínimo 75% do prazo total de validade do produto.

6.1.9. Em caso de descumprimento aplicar-se-á as penalidades previstas no Decreto Municipal 10.641/2015.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Rotinas de Fiscalização

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 14201, de 2022, e nº 14757, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. As atividades de gestão e fiscalização serão regulamentadas pelo disposto no Decreto Municipal nº 14.201, de 03 de fevereiro de 2022, e as disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no referido decreto.

7.1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.1.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.1.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.1.10. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



7.2. Fiscal do Contrato

7.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.2.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do disposto nos artigos 22 e 25 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.2.3. O fiscal do contrato registrará, em meio físico ou informatizado, as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 22, inc. II e III, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

7.2.4. O fiscal deverá abrir processo administrativo para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato. (art. 22, inc. IV, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

7.2.5. O fiscal deverá certificar que o preposto da empresa contratada está ciente das obrigações assumidas pela contratada. (art. 22, inc. VI, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

7.2.6. O fiscal do contrato verificará, durante toda execução do contrato, se a contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação;

7.2.7. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.2.8. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.2.9. O fiscal deverá comunicar, por escrito, ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão contratual, a ser juntado no processo administrativo.

7.2.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.2.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a necessidade de se realizar acréscimo ou supressões no objeto do contrato, com vista à economicidade e à eficiência na execução contratual, bem como quanto ao término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.3. Gestor do Contrato

7.3.1. Caberão ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato, bem como as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação, conforme previsto no art. 17 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.3.2. Acompanhar a celebração dos contratos e termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e encaminhamento da via ao Tribunal de Contas do Estado, quando for o caso;

7.3.3. O gestor deverá manter controle individualizado de cada contrato;

7.3.4. Compete ao gestor deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado a serem executados pelo fiscal do contrato.

7.3.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, mantendo um controle individualizado de cada contrato.



7.3.6. Caberá ao gestor do contrato acompanhar o empenho, o pagamento, disponibilidade orçamentária, as garantias, as glosas e a formalização do apostilamento e termo aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme previsto no art. 17 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.3.7. O gestor do contrato deverá controlar os prazos de vencimentos dos contratos, comunicando, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, à autoridade competente, a proximidade do término do prazo do contrato, instruído o processo, quando admitida a prorrogação, com os documentos constantes do inciso IX do art. 17, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.3.8. Realizar pesquisa de mercado, quando for o caso, para analisa a vantajosidade da prorrogação e de aditivo, tendo por base o Projeto Básico ou o Termo de Referência relativo ao contrato em vigor.

7.3.9. O gestor do contrato deverá verificar e acompanhar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinando, se for necessário, a possibilidade da sua substituição nos casos em que for permitido.

7.3.10. Compete ao gestor propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;

7.3.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.3.12. O gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.3.13. Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto;

7.3.14. Receber as notas fiscais atestadas pelos fiscais do contrato, adotando as providências cabíveis para liquidação e pagamento.

7.3.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.3.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (art. 17, incisos XXIII e XXIV, do Decreto Municipal nº 14.201/22)

7.3.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (art. 19 do Decreto Municipal nº 14.201/22).

7.3.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.3.19. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Das Condições de Recebimento do Objeto

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e



fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dez dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O descarregado do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

8.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de dez dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 dias úteis.

8.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.9. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, § 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a compatibilidade da natureza da operação
- c) a data da emissão;
- d) os dados do contrato e do órgão contratante;
- e) o período respectivo de execução do contrato;
- f) o valor a pagar; e
- g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



h) emissão de declaração de Simples nacional para efeito de concessão de benefícios fiscais antes da emissão do documento fiscal (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>).

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018).

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, observadas a disponibilidade de caixa e fonte de recurso conforme seção anterior, nos termos da Instrução normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. Incidirá correção monetária sobre o débito vencido adotando o IPCA que é o índice oficial de inflação salvo em caso fortuito ou motivo de força maior que decorrerá publicação da postergação dos vencimentos na forma da Lei e comunicação ao Controle Interno da Instituição Pública bem como para o Tribunal de Contas do Estado.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por



aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, no ato da entrega da documentação para liquidação à Secretaria Municipal de Fazenda.

8.5. Antecipação de pagamento

Não se aplica.

8.6. Cessão de crédito

Não se aplica.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

9.1.2. A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, em campo próprio e conter minimamente as seguintes informações:

9.1.2.1 Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca e modelo ofertados;

9.1.2.2 Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre o fornecimento;

9.1.2.3 Validade da proposta de 90 dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

9.1.2.4 Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com quatro casas decimais após a vírgula.

9.1.3 Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

9.1.3.1 O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.1.4 Os fornecedores deverão enviar, via sistema eletrônico, juntamente com a proposta comercial, ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



9.1.5 A exigência destes documentos é meio legal de garantir que o produto ofertado pelo fornecedor atende integralmente o descritivo especificado pela Administração e se justifica pela necessidade de identificar se as marcas ofertadas são compatíveis com os instrumentos médicos utilizados no CEAE.

9.1.6 Critérios de aceitabilidade da proposta previsto na Lei 14.133/21.

9.1.6.1 Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:

- Contiverem vícios insanáveis;
- Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;
- Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

9.2 Forma de Fornecimento

9.2.1 O fornecimento do objeto será conforme demanda do serviço.

9.3 Exigências de Habilitação

9.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Habilitação jurídica (art. 131, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023).

9.3.2 Pessoa Física

Não se aplica.

9.3.3 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.4 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.5 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.6 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.3.7 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.8 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil



das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.9 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.3.10 Agricultor Familiar

Não se aplica.

9.3.11 Produtor Rural:

Não se aplica.

9.3.12 Ato de autorização:

Não se aplica

9.3.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

9.3.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

9.3.15 **Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente**, como foto, que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

9.3.16 **Procuração válida**, se for o caso.

II. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.3.17 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.3.18 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.19 Prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante em dívida ativa (inciso III, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023)

9.3.20 Prova de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quando a débitos inscritos em dívida ativa (inciso IV, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

9.3.21 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.22 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



9.3.23 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.24 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

III. Qualificação Econômico-Financeira

9.3.25 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II e inciso I do art. 133, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023);

IV. Qualificação Técnica

9.3.26 O licitante deverá apresentar alvará sanitário emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária (Municipal, Estadual ou Federal), observando sua validade.

Observação: Aceitaremos protocolo de entrega de documentos, desde que esteja dentro do prazo estimado para renovação/emissão. Acompanhado do ofício emitido pela autoridade sanitária, informando a data programada para a realização da inspeção sanitária. (Resolução SES 5711/2017 – ART. 18).

RESOLUÇÃO SES/MG Nº 5711, DE 02 DE MAIO DE 2017.

Regulamenta procedimentos e documentação necessários para requerimento e protocolo de concessão/renovação de Licença Sanitária e padroniza procedimento de emissão de Alvará Sanitário pela Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais.

Art. 18. - A renovação do alvará sanitário deverá ser requerida no prazo entre 90 (noventa) até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

§1º - Somente será concedida a renovação se constatado o cumprimento das condições exigidas para a licença através de inspeção realizada pela autoridade sanitária competente.

§2º - Se a autoridade sanitária não decidir o pedido de renovação antes do término do prazo do alvará, a validade do mesmo considerarse-á automaticamente prorrogado até a data da decisão.

9.3.27 Documentos que deverão ser apresentados com a proposta de preços

- Registro do produto no Ministério da Saúde.
- Indicar na proposta de preços o número do Registro do Produto no Ministério da Saúde e apresentar o arquivo extraído do site da ANVISA contendo o número de registro do item ofertado.
- Informação nutricional/tabela nutricional dos produtos ofertados.
- Relação dos ingredientes que compõem o produto ofertado.

Observações:

Todas as fórmulas para nutrição enteral necessitam ser registradas na Anvisa antes de sua comercialização, conforme determinam a RE n. 23/00 e a RDC n. 27/10. (Gerência Geral de Alimentos)

Para verificar se uma fórmula para nutrição enteral possui registro, acessar a ferramenta de consulta disponível no link <http://consultas.anvisa.gov.br/#/alimentos/>.

Caso o produto esteja dispensado de registro, a licitante deverá encaminhar Declaração de Notificação de Dispensa de Registro ou Certificado de Dispensa de Registro, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro,



ficando a cargo da licitante a comprovação de que o produto não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária;

Para verificação da autenticidade das informações será consultado o site da ANVISA com a conferência dos dados. O número de registro do produto indicado na proposta deverá ser o mesmo do impresso, sob pena de desclassificação do item.

Todos os documentos deverão estar legíveis sob pena de desclassificação.

Serão avaliados:

- **Descrição correta dos itens, que deverá ser a mesma constante do anexo do edital, sob pena de desclassificação.**
- **Apresentação do registro dos produtos ou notificação. Para verificação da autenticidade das informações será consultado o site da ANVISA para conferência dos dados.**
- **Apresentação de todos os documentos para habilitação técnica.**

9.3.28. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS POR CONFERIR DOCUMENTOS EXIGIDOS:

Cláudia Madalena Braga responsável pela Central de Abastecimento Farmacêutico. Contato: claudia.madalena@pmi.mg.gov.br fone (31) 3561 7661, Ludmila Gurgel Faria Silva, Nutricionista CRN 9 11719 ou outro profissional designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

V- Declarações – art. 135, do Decreto Municipal 14.754/2023

9.3.28 Será exigida do fornecedor, ainda, as seguintes declarações:

9.3.29 De que tende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;

9.3.29.1 De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.3.29.2 De que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.3.29.3 De que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Municipal nas funções de gerência ou administração, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.3.29.4 De que não há sanções vigentes que legalmente o proíbam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante.

10 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES (art. 42, XIV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)

10.1 Do Contratante:

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



10.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

10.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

10.1.6 Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.7 Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

10.1.9 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.1.10 Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

10.1.11 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.1.12 Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

10.1.13 Além de todas as obrigações previstas no edital supracitado.

10.2 Do Contratado:

10.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;

10.2.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;

10.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.8 Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;



- 10.2.9 Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 10.2.10 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 10.2.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
- 10.2.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.2.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.2.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.15 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.2.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 10.2.19 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.2.20 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 10.2.21 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.2.22 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.2.23 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



11 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 42, XV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)

11.1 O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.

11.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

11.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.4 Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

11.5 A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.6 Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

12 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.675.058,55 (Cinco milhões seiscentos e setenta e cinco mil cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)** conforme custos unitários informados na Solicitação de Compras número **860/2024** que acompanha o presente termo de referência.

12.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 209 do Decreto nº 14.754, de 2023):

12.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Itabirito.

13.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:



- I. Gestão/Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- II. Fonte de Recursos: 1502 – RECURDO PRÓPRIO
- III. Programa de Trabalho: 10.301.1001.6127 MANUT.ATIV.ESPECIALID.MÉDICAS
- IV. Elemento de Despesa: 33900000- MATERIAL DE CONSUMO

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Itabirito, 16 de julho de 2024.

Marciane Lopes Martins

Central de Abastecimento Farmacêutico-CAF/Itabirito.

Contato: marciene.martins@pmi.mg.gov.br

Fone (31) 3561 7661 Ramal 02



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2024

(Processo Administrativo nº 189/2024)

(Registro de Preços nº 035/2024)

APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A nutrição é um processo biológico em que se utiliza dos nutrientes contidos nos alimentos e sua assimilação para execução das funções vitais, manutenção dos processos metabólicos de maneira saudável, adequado balanço energético e garante o bom funcionamento do organismo.

As fórmulas nutricionais industrializadas tentam substituir os alimentos convencionais e formulas artesanais.

As fórmulas nutricionais industrializadas são alimentos para fins especiais, que podem ser usados por sondas ou por via oral. São elaboradas para utilização na alimentação de pacientes com capacidade limitada de ingerir, digerir, absorver ou metabolizar alimentos convencionais ou de pacientes que possuem necessidades nutricionais específicas determinadas por sua condição clínica. Esses alimentos podem ser utilizados de forma exclusiva ou complementar e seu uso deve ser realizado sob orientação médica ou de nutricionista.

Os complementos e suplementos, de maneira generalizada, impactam por complementar com vitaminas, minerais e demais nutrientes, a dieta do paciente seja devido a carência de um nutriente específico ou da dieta diária de um paciente. Ademais, a existência de complementos que sejam direcionados para pacientes com algum tipo de restrição alimentar devido doenças crônicas como fenilcetonúria, galactosemia entre outras, são de suma importância para a qualidade de vida e saúde desses pacientes.

A Secretaria Municipal de Saúde possui equipe multidisciplinar composta por nutricionistas, médicos, farmacêuticos e Assistente social que acolhem, avaliam e propõem conduta terapêutica alimentar para pacientes (crianças, adultos e idosos) com diversas patologias como carência nutricional, intolerância à lactose, portadores de diabetes, nefropatias, pacientes em uso de fórmulas por via gastroenteral (sonda), pessoas com necessidades especiais, pacientes oncológicos e/ou pós cirúrgico e gestante/nutriz portadora do Vírus da Imunodeficiência Humana- HIV (com suspensão do leite materno).

A Secretaria municipal de Saúde possui protocolo que estabelece critérios necessários para que pacientes que necessitam utilizar formulas nutricionais industrializadas tenham acesso a esses insumos através da CDFID-Central de Distribuição de Fraldas, Insumos e dietas.

O Protocolo Municipal é utilizado como referência por toda a equipe envolvida no atendimento aos pacientes.



Atualmente a CDFID atende 386 pacientes que necessitam de utilização de formulas nutricionais industrializadas, destes 53 utilizam formulas para Diabetes e 13 utilizam Dietas indicadas para pacientes renais crônicos.

A descontinuação do tratamento desses pacientes que utilizam em alguns casos exclusivamente essas dietas poderão levar a sérios problemas metabólicos, internações recorrentes em Unidades Hospitalares, além de implicar em risco de morte.

Mantemos um controle criterioso permanente para que esses pacientes não tenham seu tratamento interrompido.

Pelo exposto justifica-se a realização desse processo, vez que o objeto deste, qual seja FÓRMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS são imprescindíveis ao serviço.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A aquisição dos Fórmulas Nutricionais Industrializadas para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde está em consonância com o plano de contratações anual, sendo imprescindível a aquisição para atendimento dos pacientes da Rede-SUS Itabirito.

Projeto	Dotação	Elemento de despesa	Objeto	FR 2024	Ficha (2024)
10.302.1002.6127	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	Formulas Nutricionais Industrializadas	1502	578

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de contratação de pessoa jurídica para fornecimento de FÓRMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS para atender a pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde, com carência nutricional, intolerância a lactose, portadores de diabetes, nefropatias entre outras patologias, sendo necessário que alguns requisitos sejam definidos, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 35 do Decreto Municipal nº 14.754/2023).

- A contratação será mediante processo de licitação que assegure o tratamento isonômico com justa competição entre os licitantes, devendo incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável e a economicidade da Administração Pública.
- A Contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que a prestação do serviço/fornecimento seja feita em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.
- O prazo para entrega dos produtos será de 10 (dez) dias úteis após solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.
- A contratada será responsável pelo transporte adequado dos itens até o local de entrega bem como o seu descarregamento.

Local da entrega: Central de Abastecimento Farmacêutico Setor Materiais Medicos, situado no Polo industrial Santa Luzia, Rodovia MG 30, km 72- Rua: Engenheiro Simão Lacerda, 3650, Bairro Gutierrez, nesta cidade, no horário de 7:00h as 13:00h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

O horário de entrega deverá ser agendado nos telefones 31 3561-7661 ou 31 992490232, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.



- O Local da entrega poderá ser alterado em qualquer período condicionado a comunicação prévia à contratada dentro dos limites do município de Itabirito.
- Os itens objeto da presente licitação serão entregues de forma parcelada pela contratada, de acordo com as Notas de Autorização de Fornecimento emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde.
- Os itens deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal/ Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal Nº 14.133/21.
- As embalagens dos itens devem apresentar número de lote, data de fabricação e data de validade.
- O acondicionamento e transporte dos itens devem ser feitos dentro dos padrões e recomendações técnicas devidamente protegidos de pós e variações de temperatura com embalagens compactas e recicláveis ou que possuam logística reversa e uso de modal de transporte mais eficiente que assegure a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.
- Os itens serão recebidos provisoriamente para posterior verificação da conformidade com a quantidade, especificação e preço, comparando-se os dados descritos na Autorização de Fornecimento com a Nota Fiscal.
- A aceitação definitiva dar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas.
- Caso o fornecimento apresente irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões solicitados, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará a regularização no momento da entrega e abrirá o prazo para a regularização de 5 (cinco) dias úteis a partir da formalização do pedido de regularização.
- As validades dos itens recebidos deverão ser de no mínimo 75% do prazo total de validade do produto.
- Todos os itens deverão ter garantia contra eventuais vícios e/ ou defeitos de fabricação conforme Código de defesa do Consumidor.
- Independente do recebimento definitivo, o item/lote que apresentar defeito durante o período da garantia a que se refere o item anterior, deverá ser substituído sem nenhum ônus ao Município de Itabirito dentro do máximo de 72 horas.
- A Contratada é obrigada a comunicar ao Município a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a prestação do serviço/fornecimento.
- A justificativa de quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos previstos acima somente será considerada se apresentada por escrito, e após aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.
- A tolerância com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da Contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação, podendo a solicitante exercer seus direitos a qualquer tempo.
- O Contrato firmado com o Município não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação sem autorização da Contratante, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.
- A Contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- A Contratada deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação do serviço/fornecimento.



- Não é vinculado à Administração o dever de contratar com a adjudicatária, ou seja, a Administração Pública poderá revogar a licitação, em razões de interesse público, relativas a fato superveniente, devidamente comprovado, não cabendo, à licitante adjudicatária, qualquer tipo de indenização.
- O Município convocará a licitante vencedora do certame para assinar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação, sob pena de não o fazendo, ficar caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, com aplicação das sanções cabíveis.
- É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato ou não aceitar, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços, ou revogar a licitação.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas estão descritas na solicitação de compras 860/2024 elaboradas no Sistema Integrado de Compras e que foram norteadas pelos relatórios e média de consumo dos anos de 2023 a 2024 e posição de estoque. A Média Mensal de Consumo foi acrescida de percentual de trinta a cinquenta por cento, prevendo possíveis variações no mercado ou fatos inesperados. (Relatórios anexos).

A quantidade programada para aquisição considera como referência a quantidade de pacientes cadastrados que preenchem os requisitos para a concessão de formulas nutricionais industrializadas conforme protocolo para concessão de Fórmulas enterais, anexo.

Atualmente a CDFID- Central de Distribuição de Fraldas, Insumos e Dietas, atende 386 pacientes que necessitam de utilização de formulas nutricionais industrializadas, destes 53 utilizam formulas para Diabetes e 13 utilizam Dietas indicadas para pacientes renais crônicos.

As Nutricionistas do serviço foram consultadas para a inclusão de novos produtos para ampliar a oferta de produtos para patologias específicas.

O quantitativo solicitado atenderá a todas as Unidades de Saúde do município considerando o histórico e projeção estimada para um período de 12 (doze) meses.

A tabela abaixo consta a descrição das Formulas Nutricionais Industrializadas necessárias a manutenção dos serviços oferecidos pelas Unidades de Saúde de Itabirito que estão descritos na Solicitação de Compras 860/2024:

Item	Código Compras Net	Descrição	Descrição Ampliada	UN	Qtde.
001	404944	DIETA EM PO A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA NUTRICIONALMENTE COMPLETA	NORMOCALORICA NA DILUICAO PADRAO, HIPOSSODICA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN. DENSIDADE CALORICA 1,0 KCAL/ML. CONTENDO APROXIMADAMENTE: 14 A 16% DE PROTEINA; 55 A 56 % DE CARBOIDRATOS (100% MALTODEXTRINA); 29 A 30 % LÍPIDEOS ; SABOR: NEUTRO; EMBALAGEM: LATA 800G.MARCAS DE REFERENCIA: NUTRISSON SOYA, TROPHIC, PLENI S , NUTRO PREMIUM SOY OU EQUIVALENTE.	LA	1500
002	466384	SUPLEMENTO ORAL HIPERCALÓRICO E HIPERPROTEICO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS E RISCO NUTRICIONAL ELEVADO	COMPOSIÇÃO APROXIMADA: MÍNIMO DE 1,5 KCAL/ML, 23 A 27% DE PROTEÍNA, 40 A 48 % DE CARBOIDRATOS E 30 A 33% DE LÍPIDEOS. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E SEM FIBRAS. SABOR NEUTRO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 200ML. MARCAS DE REFERENCIA: FRESUBIN PROTEIN ENERGY DRINK 200ML, FORTICARE 125ML, NUTRIDRINK PROTEIN 200ML, FORTIMEL 200ML, PEPTAMEN 250ML OU EQUIVALENTE.	EM	9000



003	403936	ESPESSANTE I ESPESSANTE PARA DIETA ENTERAL OU ORAL	CONTENDO AMIDO DE MILHO OU ARROZ MODIFICADO, PODENDO SER UTILIZADO EM PREPARACOES LIQUIDAS E SEMISSOLIDAS, QUENTES OU FRIAS. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCA DE REFERENCIA : RESOURCE ESPESSANTE PO, NUTRICLIN, BIOSEN OU EQUIVALENTE	GR	100000
004	410628	MISTURA DE AMINOACIDOS ESSENCIAIS E NAO ESSENCIAIS EM PO, ISENTA DE FENILALANINA. PARA CRIANCAS DE 1 E 8 ANOS DE IDADE COM FENILCETONURIA.	APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCA DE REFERENCIA: MILUPA PKU 2 PRIMA, PKUMED B PLUS, PKU NUTRI 2 OU EQUIVALENTE	GR	200000
005	438826	ESPESSANTE II ESPESSANTE PARA DIETA ENTERAL OU ORAL	CONTENDO MALTODEXTRINA, GOMA XANTANA E GELIFICANTE CLORETO DE POTASSIO, PODENDO SER UTILIZADOS EM PREPARACOES QUENTES OU FRIAS. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCA DE REFERENCIA : RESOURCE THICKEN UP CLEAR OU EQUIVALENTE	GR	250000
006	466384	SUPLEMENTO ORAL HIPOPROTEICO E HIPERCALORICO PARA PACIENTES COM NEFROPATIAS	EM TRATAMENTO CONSERVADOR. REDUZIDA EM POTÁSSIO E FÓSFORO. COMPOSICAO APROXIMADA: 2,0 KCAL/ML, 7 POR CENTO PROTEINA, 61 A 63 POR CENTO CARBOIDRATOS E 30 A 32 POR CENTO LIPIDEOS. APRESENTACAO: SACHÊ COM CONTEÚDO APROXIMADO DE 92G QUE RENDA APROXIMADAMENTE 200ML. MARCA DE REFERENCIA: PLENI R PÓ SACHÊ DE 92G, PLENI R PÓ SACHÊ DE 92G, OU EQUIVALENTE	UN	500
007	439865	SUPLEMENTO ALIMENTAR INFANTIL DE 1 A 10 ANOS SUPLEMENTO EM PO INFANTIL	NORMOCALORICO NA DILUICAO PADRAO, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS. ISENTA DE LACTOSE E GLUTEN COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML: 2,2 A 3,5 G DE PROTEINAS; 12 A 15 G DE CARBOIDRATOS E 3,0 A 3,5G DE LIPIDEOS. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 400G. MARCAS DE REFERENCIA: PEDIASURE COMPLETE 400G, NUTREN JUNIOR 400G ,FORTINI, PRODIET TROPHIC INFANT OU EQUIVALENTE.	EM	1300
008	442647	SUPLEMENTO ORAL HIPOPROTEICO E HIPERCALORICO PARA PACIENTES COM NEFROPATIAS	EM TRATAMENTO CONSERVADOR. REDUZIDA EM POTÁSSIO E FÓSFORO. COMPOSICAO APROXIMADA: 2,0 KCAL/ML, 7 POR CENTO PROTEINA, 61 A 63 POR CENTO CARBOIDRATOS E 30 A 32 POR CENTO LIPIDEOS. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 200 ML MARCA DE REFERENCIA: NUTRI RENAL 200 ML, REPLENA 220ML OU EQUIVALENTE	EM	3000
009	438837	FORMULA ENTERAL NORMOPROTEICA E NORMOCALORICA ADULTO DIETA, LIQUIDA	PRONTA PARA USO, NORMOCALORICA (1,0 A 1,2KCAL/ML) E NORMOPROTEICA (14 A 18 POR CENTO) - PROTEINAS DE ALTO VALOR BIOLOGICO - ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTEN. SABOR: NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM TETRAPACK CONTENDO 1000 ML. REFERENCIA: ISOSOURCE SOYA, TROPHIC SOYA, NUTRI ENTERAL, FRESUBIN ORIGINAL COM DISPONIBILIZAÇÃO DE FRACIONADOR OU EQUIVALENTE.	EM	6000
010	439865	FORMULA DE AMINOACIDOS ELEMENTAR II FORMULA ELEMENTAR DE AMINOACIDOS, NUTRICIONALMENTE COMPLETA	EM PO, PARA CRIANCAS ACIMA DE 3 ANOS COM ALERGIAS ALIMENTARES OU DISTURBIOS DA DIGESTAO E ABSORCAO DE NUTRIENTES. ISENTA DE PROTEINA LACTEA, LACTOSE, SACAROSE, GALACTOSE, FRUTOSE, GLUTEN E SOJA E OU DERIVADOS DA SOJA. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 100 KCAL, PROTEINA 2,5G (100 % DE AMINOACIDOS LIVRES), CARBOIDRATO 15G E GORDURA 3,5G. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 400G. MARCAS DE REFERENCIA: NEO ADVANCE OU EQUIVALENTE.	EM	1000
011	438837	FORMULA ENTERAL NORMOPROTEICA E NORMOCALORICA COM FIBRAS ADULTO DIETA ENTERAL, LIQUIDA, PRONTA PARA USO	, NORMOCALORICA (1,0 A 1,2KCAL/ML) E NORMOPROTEICA (14 A 18 POR CENTO) - PROTEINAS DE ALTO VALOR BIOLOGICO - ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTEN. FIBRAS: ENTRE 14 E 20G/1000ML (ENTRE FIBRAS SOLUVEIS E INSOLUVEIS). APRESENTACAO: EMBALAGEM TETRAPACK COM CONTEUDO APROXIMADO DE 1000 ML. MARCAS DE REFERENCIA: ISOSOURCE SOYA FIBER® (NESTLE); NUTRI ENTERAL SOYA FIBER (NUTRIMED) OU EQUIVALENTE	EM	4000
012	479046	SUPLEMENTO ORAL E/OU ENTERAL PARA PORTADORES DE DIABETES MELLITUS OU PACIENTES COM RESTRICAO DE ACUCAR	, SEM LACTOSE, GLUTEN E SACAROSE . COMPOSICAO APROXIMADA: 1,0 a 2,0 CAL/ML, PROTEINAS DE 17 A 24 %, LIPIDEOS 32 A 42 %, FIBRAS DE 1 A 4 G/100ML. APRESENTACAO: EMBALAGEM TETRAPACK 1000ML OU OUTRA EMBALAGEM COM DISPONIBILIZAÇÃO DE FRACIONADOR. MARCAS DE REFERENCIA: DIAMAX, DIBEN OU EQUIVALENTE.	EM	2000
013	469928	FORMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR E HIPOALERGENICA , EM PO	A BASE DE PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA. CONTENDO OLEOS VEGETAIS E/OU DE PEIXE, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE, PROTEINA LACTEA E GLUTEN. INDICADA PARA CRIANCAS DE 0 A 1 ANO. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 65 A 70KCAL, PROTEINA 1,7G A 2,1G, CARBOIDRATO DE 6,8 A 8,1G E GORDURA DE 2,9 A 3,5 G. SABOR: NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 400G. MARCAS DE REFERENCIA: PREGOMIN PEPT (DANONE) , ALFARÉ, OU EQUIVALENTE.	EM	1500



014	466384	DIETA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA COM DENSIDADE CALÓRICA MÍNIMA DE 1.5 KCAL/ML, COM FIBRAS (MÍNIMO 8 GRAMAS/L), ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN	APRESENTAÇÃO LÍQUIDA EM EMBALAGEM TETRAPACK DE 1000ML. MARCA DE REFERÊNCIA: NUTRISON ENERGY 1000ML; ISOSOURCE 1,5KCAL 1000ML, NUTRI FIBER 1.5 1000ML OU EQUIVALENTE	EM	2600
015	453646	FORMULA LACTEA ANTI REGURGITACAO PARA LACTENTES	ACRESCIDA DE OLEO VEGETAL, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: 67 A 68 KCAL, PROTEINA 1,2 A 1,8 CARBOIDRATO DE 7,2 A 8,1G E GORDURAS 3,1 A 3,7G. APRESENTACAO: LATA COM 400G. MARCAS DEREFERENCIA: NAN ESPESAR AR, APTAMIL AR, ENFAMIL PREMIUN AR OU EQUIVALENTE.	EM	500
016	439865	FORMULA LACTEA PARA SEGUNDO SEMESTRE DE VIDA FORMULA ALIMENTAR DE SEGUIMENTO, EM PO	PARA LACTENTES NO SEGUNDO SEMESTRE DE VIDA, COM PROTEINAS LACTEAS, OLEOS VEGETAIS ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, ATENDENDO AS RECOMENDACOES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 67 A 68KCAL, PROTEINA 1,4G A 2,1G, CARBOIDRATO DE 7,9 A 8,1G E GORDURA 2,9G A 3,1G. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCAS DE REFERENCIA: NAN PRO 2, APTAMIL 2, ENFAMIL PREMIUM 2, NESTOGENO 2 OU EQUIVALENTE.	EM	500
017	456302	NUTRICAO HIPERPROTEICA PARA SITUAÇÕES METABOLICAS ESPECIAIS FORMULADO COM ARGININA	CONTENDO APROXIMADAMENTE: 1 KCAL/ML. PROTEINAS ACIMA DE 20%; CARBOIDRATOS ENTRE 49 A 52%, LÍPIDEOS 25 A 30%. ISENTA DE SACAROSE E LACTOSE. SABOR NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM TETRAPACK COM CONTEUDO APROXIMADO DE 1000ML OU OUTRA EMBALAGEM COM DISPONIBILIZAÇÃO DE FRACIONADOR. MARCA DE REFERENCIA: IMPACT (NESTLE), CUBISON TP LITRO (DANONE) OU EQUIVALENTE. OBSERVAÇÃO: QUALQUER UM DOS SABORES OFEREIDOS NO MERCADO, EXCETO TORTA DE LIMÃO, POR TER SIDO REJEITADO PELOS PACIENTES. MARCA DE REFERENCIA: IMPACT (NESTLE) OU EQUIVALENTE	LT	300
018	480010	SUPLEMENTACAO DE FIBRAS SOLUVEIS CARACTERISTICA DO PRODUTO,	CONTER 2 OU MAIS DAS SEGUINTES FIBRAS: GOMA GUAR PARCIALMENTE HIDROLIZADA, INULINA, FRUTO OLIGOSSACARIDEOS(FOS), POLIDEXTROSE. SABOR NEUTRO. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCAS DE REFERENCIA: FIBER MAIS, FIBER FOS (INVICTUS), FOSVITA(VITAFOR), BEMVITAL FIBRAS 250G (NUTRICIUM), PROBENE-FOS 250G, RESOUCE FIBER MAIS 260G OU EQUIVALENTE	GR	30000
019	404994	SUPLEMENTO ALIMENTAR ENTERAL HIPERPROTEICO ADULTO	COMPOSIÇÃO APROXIMADA: 1 KCAL/ML, TEOR DE PROTEÍNA MAIOR QUE 30% E GORDURAS NO MÁXIMO 31%. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERÁ ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. MARCA DE REFERENCIA: NUTREN SENIOR PO, NUTRIDRINK PROTEIN ADVANCED, EREMIX ADVANCE OU EQUIVALENTE.	GR	1600000
020	435236	SUPLEMENTO ORAL HIPERPROTÉICO E HIPERCALÓRICO PARA PACIENTES COM NEFROPATIAS EM TRATAMENTO DIALÍTICO RESTRITO EM SÓDIO POTÁSSIO E FÓSFORO	COMPOSICAO APROXIMADA: 1,5 a 2,0 KCAL/ML, 15 A 20 % DE PROTEINA, 34 A 55 % DE CARBOIDRATOS E 28 A 48 %DE LÍPIDEOS.SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 200 ML. MARCAS DE REFERENCIA: NOVASOURCE RENAL 200ML, NUTRI RENAL D 200 ML, DIALY CARE 200ML, HDMAX, FRESUBIN 2 KCAL DRINK 200ML (FRESENIUS) OU EQUIVALENTE.	EM	2000
021	466384	SUPLEMENTO ORAL PARA PACIENTES COM DIABETES MELLITUS OU COM RESTRICAO DE ACUCAR LIVRE SEM LACTOSE, GLUTEN E SACAROSE	COMPOSICAO APROXIMADA: 1,0 KCAL/ML, PROTEINAS DE 17 A 24 %, LÍPIDEOS 32 A 46 %, FIBRAS DE 1 A 4 G/200ML. APRESENTACAO: EMBALAGE CONTEUDO APROXIMADO DE 200ML.MARCA DE REFERENCIA: DIASIP 200ML, GLUCERNA SR 200 ML, DIAMAX 200ML, NUTRI DIABETIC 200ML OU EQUIVALENTE.	EM	15000
022	466384	DIETA POLIMERICA PARA NUTRICAO ENTERAL	nutricionalmente completa, com densidade calórica mínima de 1.5 kcal/ml, proteínas entre 17 a 20%, lipídeos até 35% do Volume Calórico Total. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Apresentação líquida em embalagem tetrapack de 1000ml ou com fracionador .MARCA DE REFERENCIA: Trophic EP 1,5kcal 1000ML, Isosource 1,5kcal 1000ML, Nutri Enteral 1,5 kcal 1000ML, Fresubin HP Energy 1000mL ou equivalente.	EM	3000
023	404956	SUPLEMENTO ORAL HIPERCALORICO	NORMOPROTÉICO E HIPERLÍPIDICO CARACTERIZADO DE UMA EMULSÃO DE GORDURAS PARA NECESSIDADES MUITO ELEVADAS DE ENERGIA, VOLUME ALIMENTAR REDUZIDO E/OU RESTRIÇÃO PROTÉICA. COM TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA E LONGA.COMPOSICAO APROXIMADA: 5 KCAL/ML, 0 POR CENTO PROTEINA, 3 POR CENTO CARBOIDRATOS E 97 POR CENTO LÍPIDEOS. APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 125 ML. MARCA DE REFERENCIA: FRESUBIN SHOT 5 KAL 125ML OU EQUIVALENTE	EM	1000



024	479046	DIETA ENTERAL PARA DIABETICO EM PO NUTRICIONALMENTE COMPLETA	, NORMOCALORICA, BAIXO INDICE GLICEMICO, ESPECIFICO PARA NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PACIENTES DIABETICOS OU COM HIPERGLICEMIA, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTEN, BAIXO TEOR DE SODIO - MARCA DE REFERENCIA: PENTASURE OU EQUIVALENTE. APRESENTAÇÃO POTE COM COTEUDO APROXIMADO DE 400GR	PO	800
025	442688	DIETA ENTERAL 100 POR CENTO PROTEINA HIDROLISADA PARA PACIENTES PEDIATRICOS	A BASE DE PEPITIDEO COM BAIXO INDICE GLICEMICO E COMBINAÇÃO ADEQUADA DE LIPÍDIOS. INDICADO PARA PACIENTES COM RETARDO DE ESVASAMENTO GÁSTRICO E RISCOS DE BRONCOASPIRAÇÃO E DIFICULDADE NA ABSORÇÃO DE PROTEINAS, ISENTA DE LACTOSE E GLUTEN - APRESENTAÇÃO 400G . MARCA DE REFERENCIA : PEPTAMEN JUNIOR OU EQUIVALENTE.	PO	1000
026	404750	MODULO DE FIBRAS	ALIMENTARES, MÍNIMO DE 60% FIBRAS SOLÚVEIS. NÃO ALTERA A TEXTURA NEM O SABOR DOS ALIMENTOS. SEM SABOR. APRESENTAÇÃO: DE 250 A 300G.	PO	500
027	437367	FORMULA INFANTIL COM PROTEINAS ISOLADA DE SOJA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ADICIONADA DE L-METIONIMA	ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEINA LACTEAS. INDICADA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: DENSIDADE CALORICA: 66-72 KCAL, PROTEINA 1,8G A 2,3G, CARBOIDRATO DE 6,7G A 8G, GORDURA DE 3,1 A 3,6G. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. REFERENCIA:ENFAMIL SOJA,ISOMIL ,NANSOY, APTAMIL SOJA 1 (DANONE) OU EQUIVALENTE.	GR	200000
028	437367	FORMULA INFANTIL COM PROTEINAS ISOLADA DE SOJA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ADICIONADA DE L-METIONIMA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEINA LACTEAS. INDICADA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES.	COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: DENSIDADE CALORICA: 66-72 KCAL, PROTEINA 1,8G A 2,3G, CARBOIDRATO DE 6,7G A 8G, GORDURA DE 3,1 A 3,6G. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. REFERENCIA:ENFAMIL SOJA,ISOMIL ,NANSOY, APTAMIL SOJA 2 (DANONE) OU EQUIVALENTE.	GR	200000
029	312718	FORMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES	MENORES DE 1 ANO, COM INTOLERANCIA A LACTOSE, ISENTA DE LACTOSE A BASE DE LEITE DE VACA. CONTENDO OLEOS VEGETAIS ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 66 A 70 KCAL, PROTEINA 1,0 A 1,4 CARBOIDRATO DE 7,0 A 7,8G E GORDURA 3,3 A 3,6G. SABOR: NEUTRO APRESENTACAO: EMBALAGEM COM CONTEUDO APROXIMADO DE 400G; REFERENCIA: APTAMIL SEM LACTOSE PO, NAN SEM LACTOSE, ENFAMIL SL PREMIUM OU EQUIVALENTE	EM	300
030	439865	FÓRMULA INFANTIL E DE SEGMENTO PARA LACTENTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA À BASE DE PROTEÍNA HIDROLISADA DE ARROZ,	DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS, COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE. INDICADO PARA CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES. COMPOSICAO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: DENSIDADE CALORICA: 68: KCAL, PROTEINA: 1,8G, CARBOIDRATO DE 7,4G, GORDURAS TOTAIS 3,4G. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTACAO: EMBALAGEM DE 400G. REFERENCIA: NOVAMIL RICE, NOVALAC RICE OU EQUIVALENTE	EM	300
031	438826	MODULO DE GLUTAMINA MODULO DE L-GLUTAMINA 100POR CENTO	PURA PARA NUTRICAO ENTERAL OU ORAL. APRESENTACAO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. SABORES: SEM SABOR. MARCAS DE REFERENCIA: GLUTAMINA GLUTAMAX (VITAFOR); GLUTAFLOA (INVICTUS) OU EQUIVALENTE	GR	50000
032	404997	SUPLEMENTO ALIMENTAR ADULTO SUPLEMENTO ORAL, EM PO	, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, ACIDOS GRAXOS E FIBRAS SOLUVEIS. COMPOSICAO APROXIMADA: PROTEINA 15 A 23 POR CENTO; CARBOIDRATOS 53 A 58 POR CENTO. DENSIDADE CALORICA:1 A 1,5 KCAL/ML UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. SABORES: APRESENTAR A POSSIBILIDADE DE OFERECER EM TRES SABORES SE NECESSARIO BAUNILHA, CHOCOLATE E MORANGO. REFERENCIA: ENSURE PO (ABBOT), NUTRIDRINK MAX, SUSTEMIL MAX, NUTREN ACTIVE OU EQUIVALENTE	GR	800000
033	440996	MODULO DE SIMBIOTICO	(PROBIÓTICOS/LACTOBACILUS E OU BIFIDO BACTERIAS + FIBRAS SOLÚVEIS). INDICADO PARA TRATAMENTO DE ALTERAÇÃO INTESTINAL (DIARRÉIA OU CONSTIPAÇÃO INTESTINAL). INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. ISENTA DE GLÚTEN. APRESENTACAO EM PÓ. SACHE DE 5 A 7 G. MARCA DE REFERENCIA: QUALIPRO 7,1 G (BROWORLD), SIMBIOFLORA 6G (INVICTUS), FIBER MAIS FLORA 5G (NESTLÉ) OU EQUIVALENTE	UN	8000



034	393346	MÓDULO DE CREATINA 100 % MONOHIDRATADA, PURA PARA NUTRICAÇÃO ENTERAL OU ORAL.	MÓDULO DE CREATINA 100 % MONOHIDRATADA, PURA PARA NUTRICAÇÃO ENTERAL OU ORAL. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERÁ ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. SABORES: SEM SABOR. MARCAS DE REFERÊNCIA: CREAFOR (VITAFOR), CREALIFT (ESSENTIAL NUTRITION), CREATINE CREAPURE (NUTRIFY) OU EQUIVALENTE	GR	150000
035	439865	FORMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA EM PO A BASE DE PROTEÍNA	EXTENSAMENTE HIDROLISADA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA. CONTENDO OLEOS VEGETAIS E/OU DE PEIXE, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, ISENTA DE SACAROSE, FRUTOSE, PROTEÍNA LACTEA E GLUTEN. INDICADA PARA CRIANÇAS DE 0 A 1 ANO. COMPOSIÇÃO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 65 A 70 KCAL, PROTEÍNA 1,7G A 2,1G, CARBOIDRATO DE 7,3 A 8,1G E GORDURA DE 2,9 A 3,5 G. SABOR: NEUTRO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM CONTEÚDO APROXIMADO DE 400G. MARCAS DE REFERÊNCIA: APTAMIL PEPT, ALTHERA OU SIMILAR.	EM	1000
036	433154	Dieta enteral nutricionalmente completa para crianças até 6 anos de idade, normocalórica e normoproteica, de baixa osmolaridade. Distribuição de macronutrientes: 40 a 60% carboidratos; 10 a 20% proteínas; 30 a 40% lipídios.	UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERÁ ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA.	GR	100000
037	446367	Fórmula de probiótico com cinco ou mais cepas de microorganismos liofilizados e altamente concentrados,	eficazes na recomposição da flora intestinal, que agem em sinergia, trazendo diversos benefícios ao organismo. Resistente ao pH do estômago; Composto por lactobacilos, lactococcus e bifidobactérias mais amplitude de atuação no TGI; Bactérias probióticas nas quantidades de 1x10 ⁹ UFC/g de cada um dos microorganismos. Total de 5 bilhões de microorganismos vivos; Cepas liofilizadas (processo que dispensa o acondicionamento em geladeira) Apresentação: Sachês de 5 a 10g	EM	1500
038	439865	FÓRMULA DE AMINOÁCIDOS ELEMENTAR I FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES, DE 0 A 36 MESES, NÃO ALERGÊNICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA COM 100 % DE AMINOÁCIDOS LIVRES, UTILIZADA POR VIA ORAL OU ENTERAL	SUPLEMENTADA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS - DHA (ÁCIDO DOCOSAHEXAENOICO) E ARA (ÁCIDO ARAQUIDÔNICO), VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, MALTODREXINA, GALACTOSE, GLUTEN E SOJA/DERIVADOS. COMPOSIÇÃO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 67 A 71 KCAL, PROTEÍNA 1,9 A 2,0G, CARBOIDRATO DE 7,0 A 8,1G E GORDURA 3,4 A 3,6G (Micronutrientes, no mínimo: Cálcio 70 mg, Selênio 2,0 µg, Cromo 1,5 µg, Iodo 14 µg, Cobre 57 µg, Magnésio 7,0 mg, Molibdênio 1,6 µg, Fósforo 50mg, Cloro 50mg, Potássio 74mg, Vitamina E 0,63 mg-alfa-TE, Vitamina K 5,9 µg, Colina 12 mg, Nucleotídeos 3,3 mg). APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM CONTEÚDO APROXIMADO DE 400G. REFERÊNCIA - NEOCATE LCP OU EQUIVALENTE.	EM	1000
039	479046	DIETA ENTERAL PARA DIABÉTICO LÍQUIDA	NUTRICIONALMENTE COMPLETA, DENSIDADE CALÓRICA 1.0 KCAL/ML, BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO, ESPECÍFICO PARA NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PACIENTES DIABÉTICOS OU COM HIPERGLICEMIA, ADEQUADO TEOR DE FIBRAS - EMBALAGEM 1000ML - REFERÊNCIA DIANUTRE TERRA	EM	1000
040	442856	DIETA CETOGÊNICA PARA CRIANÇAS COM EPILEPSIA REFRACTÁRIA	COM 4G DE GORDURA PARA CADA 1G DE CARBOIDRATOS + PROTEÍNAS E ADICIONADO VITAMINAS E MINERAIS EM QUANTIDADE BALANCEADAS. EMBALAGEM: 300G	EM	600
041	453662	FÓRMULA INFANTIL PARA RECÉM NASCIDOS PRÉ TERMO E/OU ALTO RISCO	EM PÓ, CONTENDO ÁCIDO ARAQUIDÔNICO (ARA), DOCOSAHEXAENOICO (DHA) E NUCLEOTÍDEOS. A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS (FOS E GOS). EMBALAGEM: 400G	EM	600
042	439865	SUPLEMENTO NUTRICIONAL HIPERCALÓRICO (1.5KCAL A 2,0KCAL/ML) -	ENRIQUECIDO COM VITAMINA C, SELÊNIO E ZINCO. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. PRODUTO FORMULADO PARA PACIENTES ACIMA DE 10 ANOS DE IDADE. INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES CALÓRICO-PROTEICAS ELEVADAS. EMBALAGEM: 200ML - MARCA DE REFERÊNCIA NUTREN 1.5	EM	6000
043	435227	DIETA ENTERAL 100% PROTEÍNA HIDROLISADA DO SORO DO LEITE PARA PACIENTES ADULTOS	- À BASE DE PEPTÍDEOS E NORMOCALÓRICA. INDICADA PARA PACIENTES COM INTOLERÂNCIA GASTROINTESTINAL E DIFICULDADE NA ABSORÇÃO DE PROTEÍNA. ISENTA DE GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM APROXIMADA DE 400G.	EM	1000
044	442837	MÓDULO DE PROTEÍNA EM PÓ - ALTO VALOR BIOLÓGICO, SOLÚVEL EM ÁGUA, SABOR NEUTRO. ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM: 240G A 300G		EM	1200
045	442837	MÓDULO DE PROTEÍNA EM PÓ ISOLADA DO SORO DO LEITE - ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM: 250 A 300G		EM	1200



046	479046	DIETA ENTERAL LÍQUIDA 1,5 - HIPERCALÓRICA E NORMOPROTEICA. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE, GLÚTEN E FIBRAS. DENSIDADE CALÓRICA 1,5 KCAL/ML. EMBALAGEM: 1000ML = 1500 KCAL.		EM	2400
047	413075	MÓDULO DE FIBRAS - FIBRAS ALIMENTARES, MÍNIMO DE 60% FIBRAS SOLÚVEIS. NÃO ALTERA A TEXTURA NEM O SABOR DOS ALIMENTOS. SEM SABOR. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 250 A 300G.		EM	1500
048	239863	FORMULA INFANTIL COM PROTEÍNAS ISOLADA DE SOJA, ENRIQUECIDA COM FERRO	E ADICIONADA DE L-METIONINA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNA LACTEAS. INDICADA PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. COMPOSIÇÃO APROXIMADA EM 100 ML DO PRODUTO: DENSIDADE CALÓRICA: 67-72 KCAL, PROTEÍNA 1,4G A 2,3G, CARBOIDRATO DE 6,7G A 8G, GORDURA DE 3,1 A 3,6G. SABOR PREFERENCIALMENTE NEUTRO. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA REFERÊNCIA: ENFAMIL SOJA, ISOMIL, NAN SOY OU EQUIVALENTE.	GR	80000
049	427802	MÓDULO DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE ISOLADA, EM PÓ, PARA NUTRIÇÃO ORAL E ENTERAL, DE ALTO VALOR BIOLÓGICO	ALTA DIGESTIBILIDADE E RÁPIDA ABSORÇÃO. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. COMPOSIÇÃO: 100% PROTEÍNA ISOLADA DO SORO DO LEITE. MARCA DE REFERÊNCIA: WHEY PROTEIN VITAFOR, FRESUBIN PROTEIN POWDER OU EQUIVALENTE.	GR	350000
050	427802	FORMULA LACTEA PARA PRIMEIRO SEMESTRE DE VIDA FORMULA ALIMENTAR DE PARTIDA, EM PÓ,	COM PROTEÍNAS LACTEAS, OLEOS VEGETAIS ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, ATENDENDO AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS. COMPOSIÇÃO APROXIMADA EM 100ML DO PRODUTO: 66 A 68 KCAL, PROTEÍNA 1,2G A 1,5G, CARBOIDRATO DE 7G A 7,6G E GORDURA DE 3,3 A 3,7G. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCAS DE REFERÊNCIA: APTAMIL 1, NAN COMFORT 1, SIMILAC 1 OU EQUIVALENTE.	GR	400000
051	403935	SUPLEMENTAÇÃO PROTEICA MÓDULO DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO (100 % DE CASEINATO DE CÁLCIO)	PARA DIETA ENTERAL OU ORAL, DE FÁCIL DILUIÇÃO. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTEN. APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE MEDIDA EM GRAMAS QUE SERA ADEQUADA AO TIPO DE EMBALAGEM OFERECIDA. MARCAS DE REFERÊNCIA: RESOURCE PROTEIN, CASEICAL, BEMVITAL CASEINATO (NUTRICIUM), NUTRI PROTEIN, PRODIET PROTEIN, MÓDULO P EREMIX OU EQUIVALENTE.	GR	24000
052	442688	Fórmula Infantil para lactentes e de seguimento destinada a necessidades dietoterápicas específicas,	enriquecida com ácidos graxos poli insaturados (ARA e DHA) e densidade calórica de 1kcal/mL. Indicado para crianças de 0 a 12 meses de idade com cardiopatias congênitas, fibrose cística, insuficiência respiratória, déficit pondero-estatural ou desaceleração do crescimento, restrição hídrica ou intolerância a aumento de volume. Apresentação: Unidade de Medida em gramas que será adequada ao tipo de embalagem oferecida. Marca de referência : Infantrini ou equivalente.	GR	120000
053	466384	FÓRMULA LÍQUIDA PARA SUPLEMENTAÇÃO, USO DE NUTRIÇÃO ENTERAL (SONDA) OU ORAL, NORMOCALÓRICO, HIPERPROTEICO, COM NUTRIENTES ESPECÍFICO PARA A CICATRIZAÇÃO	ISENTO DE GLÚTEN. COMPOSIÇÃO APROXIMADA POR 100ML - 128 A 140KCAL, PROTEÍNA - 10G (SENDO 1,5G DE ARGININA E 1G DE PROLINA), CARBOIDRATO - 14 A 16G E LÍPIDEOS - 3,5 A 3,7G. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 200 ML. MARCA DE REFERÊNCIA: CUBITAN, NOVASOURCE PROLINE OU EQUIVALENTE. OBSERVAÇÃO: QUALQUER UM DOS SABORES OFERECIDOS NO MERCADO, EXCETO TORTA DE LIMÃO, POR TER SIDO REJEITADO PELOS PACIENTES.	EM	10000

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A análise de mercado através de consulta a preços praticados coletados pela Equipe do Fundo Municipal de Saúde nos permitem afirmar que a aquisição de Formulas Nutricionais Industrializadas é uma solução viável para manter a oferta dos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

A pesquisa de mercado demonstrou que os objetos deste estudo são fabricados por conceituadas empresas especializadas na formulação de produtos nutricionais. O objeto é prontamente ofertado no mercado devido à ampla disponibilidade de fornecedores que os comercializam e não foi encontrada qualquer restrição de mercado para nenhum item.

Não se observou maiores variações quanto à execução e ao preço do objeto a qual se pretende contratar devido à baixa complexidade do objeto demandado. Diante das necessidades apontadas



neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido.

Ressalta-se que no levantamento do mercado foi permitido a apresentação de alguns itens em frações menores como gramas, dando aos fornecedores flexibilidade para oferecer produtos em embalagens com gramaturas diferentes, o que pode atender às necessidades específicas. Ao permitir que os fornecedores participem da licitação com embalagens de diferentes gramaturas, promove-se a concorrência justa e se dá oportunidade para uma gama mais ampla de empresas participarem do processo. No entanto, é necessário que as entregas sejam feitas em unidades (latas) com a gramatura mínima sugerida ou adequada conforme ofertada pela licitante. Para obtenção dos preços estimados dos itens apresentados neste documento, deverá ser utilizado a média dos valores obtidos na pesquisa de preços sobre um conjunto de três ou mais preços.

As alternativas possíveis para a solução do problema foram:

- Pregão eletrônico através de Sistema de Registro:

As vantagens mais evidenciadas para o pregão eletrônico foram: maior abrangência, melhor concorrência implicando em propostas mais vantajosas, agilidade, maior velocidade, possibilidade de fazer mais de um pregão simultaneamente, desburocratização e transparência.

Uma das desvantagens seria o contato indireto com as licitantes e dificuldade nas negociações.

- Terceirização do serviço de Nutrição e Dietética:

Nessa solução a Secretaria Municipal de Saúde contrataria prestador de serviço que ofereceria equipe de Nutricionistas para avaliação de pacientes, além de oferecer a Formula Nutricional adequada as necessidades dietoterápicas do paciente, sem necessidade de adquiri-las.

Como desvantagem entendemos que seria necessário alterar a forma de trabalho desenvolvida atualmente pois o município possui profissionais efetivos que realizam atendimento aos pacientes, essa solução implicaria em despesa adicional, seria mais oneroso.

- Construção de Laboratório para fabricação própria

As vantagens apresentadas por essa solução seria produção conforme demanda, na quantidade necessária afastando as perdas decorrentes de vencimento.

As desvantagens dessa solução, seriam instalação de Unidade Fabril, liberação pela Vigilância Sanitária, aquisições dos insumos para produção, contratação de serviço de controle de qualidade de insumos e produto acabado e contratação de técnicos especializados em produção Produtos Nutricionais.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação para a Secretaria Municipal de Saúde é de **R\$ R\$ 5.675.058,55 (Cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)**, tendo como referência a pesquisa de mercado e conforme solicitação de compras 860/2024.

O valor da despesa nos anos anteriores extraídos do sistema utilizado para Secretaria Municipal de Saúde foram:

2022: R\$ 650.400,13 (Seiscentos e cinquenta mil, quatrocentos reais e treze centavos).

2023: R\$ 917.537,42 (Novecentos e dezessete mil, quinhentos e trinta e sete reais de quarenta e dois centavos)

2024 (período de 01/01/2024 a 31/07/2024) R\$ 693.219,53 (Seiscentos e noventa e três mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos)



8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Várias alternativas foram levantadas, contudo consideradas inviáveis por impossibilidade de aplicação, tais como a terceirização do serviço de nutrição e dietética com inclusão de equipe técnica, produtos e insumos necessários a realização do atendimento a pacientes que necessitam de acompanhamento dietoterápico no âmbito do SUS. Outra possibilidade seria a construção de Laboratório para a produção de suplementos, dietas orais e enterais e contratação de técnicos especializados para essa atividade. E ainda a produção pelos familiares de formulas artesanais em domicílio.

Consideramos inviáveis seja pelo alto custo envolvido e/ou dificuldade de captação de recursos financeiros e humanos para efetivar essas ações ou pelo risco microbiológico envolvido no preparo de formulas artesanais por familiares entre outros.

A melhor solução para a aquisição pretendida será o Pregão eletrônico através de Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo em vista o objeto requerido que atende à hipótese prevista na Lei nº. 14.133/2021 sendo:

- a) necessidade de contratações frequentes;
- b) impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração.
- c) maior abrangência,
- D) melhor concorrência implicando em propostas mais vantajosas,
- E) agilidade, desburocratização e transparência.

Esta solução foi utilizada no último pleito e se mostrou eficiente e eficaz no atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. A ata de registro de preços decorrente do certame deverá vigorar pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

A divisibilidade é pressuposto técnico do parcelamento, sendo o aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em itens, cuja economicidade é proporcionada pela redução de custos e despesas para a Administração contratante. Não há risco de desinteresse por eventuais licitantes em fornecer os itens de menor valor, face vasto número de possíveis proponentes disponíveis no mercado local e regional.

O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes. Neste contexto, entende-se que a presente licitação deverá ser organizada por itens individuais de modo que seja ampliado a fase de disputa entre os licitantes.

Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a presente contratação são:



- Assegurar a continuidade da prestação de serviços previstos no Protocolo de Concessão de Formulas Nutricionais Industrializadas aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, e do uso racional dos recursos financeiros;
- Proporcionar aos profissionais da nutrição ferramentas terapêuticas viáveis para a complementação dos serviços oferecidos.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Como providências preparatórias para a execução do contrato a Secretaria Municipal de Saúde e Departamento de Licitações e contratos providenciarão:

Indicará os servidores que atuarão como gestor e fiscal do contrato que tenham conhecimento técnico sobre os produtos fornecidos, seus requisitos de qualidade, armazenamento e distribuição.

Providenciará treinamento interno para capacitação dos servidores para a fiscalização e gestão contratual

Elaboração de termo de referência;

Realização de certificação de disponibilidade orçamentária;

Encaminhamento do processo para análise jurídica;

Elaboração de minuta do edital e contrato

Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer e Nota Técnica com os ajustes indicados;

Publicação e divulgação do edital e anexos;

Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;

Realização do certame, com suas respectivas etapas;

Homologação do processo

Assinatura e publicação das atas de registro de preços.

Contratação dos itens licitados após assinatura das atas

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do §1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XI do art. 35 do Decreto Municipal nº 14.754/2023).

Conforme o art. 3º da IN nº 58/2022 e a definição de contratações correlatas e /ou interdependentes a aquisição de materiais médico-hospitalares não necessitam de contratações prévias para execução dos contratos

Não existem contratações a serem realizadas juntamente com o objeto principal, para sua completa prestação.

IMPACTOS AMBIENTAIS

O dimensionamento adequado das aquisições de Fórmulas Nutricionais Industrializadas são fundamentais para diminuir as perdas por vencimento.



O processo utilizado atualmente para tratamento dos resíduos vencidos é a incineração, que consiste na combustão dos medicamentos a altas temperaturas, transformando-os em cinzas, permitindo ser tratadas e devolvidas ao meio ambiente com o menor dano possível.

Como em qualquer tipo regulamentado de destinação de resíduos, a tecnologia de incineração pode levar a formação de gases tóxicos na atmosfera, gerar subprodutos contendo substâncias tóxicas, além do custo elevado de operação e manutenção (Oliveira; Reis; Pereira, 2000). Fonte <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-17092006-222425/publico/lCap7Incineracao.pdf>

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, foi possível concluir que o presente Estudo Técnico Preliminar evidenciou a possibilidade de contratação de empresa apta para o fornecimento dos itens solicitados.

A solução escolhida proporcionará benefícios para a instituição, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, alinhada aos instrumentos estratégicos institucionais e governamentais.

Importante destacar as diferentes dimensões dos benefícios esperados:

Eficácia: Significa atingir o objetivo. A solução será eficaz caso entregue os produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.

Efetividade: Implica em produzir o efeito esperado. A solução será efetiva caso produza os resultados (benefícios) pretendidos com a contratação, em termos de objetivos de negócio e estratégicos da instituição.

Eficiência: É fazer certo; fazer bem-feito; fazer mais com menos recursos. A solução será eficiente quando, além de ser eficaz, atender ao princípio da economicidade.

Economicidade: Corresponde à melhor relação entre custo e benefício.

ANEXOS

- Relatório de Média de transferências mensais de requisições por produto dos anos de 2023 e 2024.
- Relatório com a Listagem de Fórmulas Nutricionais Industrializadas com saldo em estoque na Central de Abastecimento Farmacêutico.
- Protocolo Municipal De Concessão De Fórmula Alimentar Industrializada 2021

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Elaborado por: Cláudia Madalena Braga e Silva – Farmacêutica CRF-MG 8288, Suporte Técnico
Marciane Lopes Martins- Gestão de Estoque e Logística da Central de Abastecimento Farmacêutico.

Cláudia Madalena Braga e Silva
Central de Abastecimento Farmacêutico-CAF/Itabirito.
Contato: claudia.madalena@pmi.mg.gov.br
Fone (31) 3561 7661 Ramal 02



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2024

(Processo Administrativo nº 189/2024)

(Registro de Preços nº 035/2024)

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Diretoria de Licitações e Contratos, nos termos do Capítulo 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

PREGAO ELETRÔNICO Nº 90060/2024						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
E-mail:						
Dados Bancários:						
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o Contato)						
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o Contrato)						
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	LA	1.500	DIETA EM PO A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA NUTRICIONALMENTE COMPLETA			
002	EM	9.000	SUPLEMENTO ORAL HIPERCALÓRICO E HIPERPROTEICO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS E RISCO NUTRICIONAL ELEVADO			
003	GR	100.000	ESPESSANTE I ESPESSANTE PARA DIETA ENTERAL OU ORAL			
004	GR	200.000	MISTURA DE AMINOÁCIDOS ESSENCIAIS E NÃO ESSENCIAIS EM PO, ISENTA DE FENILALANINA. PARA CRIANÇAS DE 1 E 8 ANOS DE IDADE COM FENILCETONÚRIA.			
005	GR	250.000	ESPESSANTE II ESPESSANTE PARA DIETA ENTERAL OU ORAL			
006	UN	500	SUPLEMENTO ORAL HIPOPROTEICO E HIPERCALÓRICO PARA PACIENTES COM NEFROPATIAS			
007	EM	1.300	SUPLEMENTO ALIMENTAR INFANTIL DE 1 A 10 ANOS SUPLEMENTO EM PO INFANTIL			
008	EM	3.000	SUPLEMENTO ORAL HIPOPROTÉICO E HIPERCALÓRICO PARA PACIENTES COM NEFROPATIAS			
009	EM	6.000	FORMULA ENTERAL NORMOPROTEICA E NORMOCALÓRICA ADULTO DIETA, LÍQUIDA			
010	EM	1.000	FORMULA DE AMINOÁCIDOS ELEMENTAR II FORMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS,			



			NUTRICIONALMENTE COMPLETA			
011	EM	4.000	FORMULA ENTERAL NORMOPROTEICA E NORMOCALORICA COM FIBRAS ADULTO DIETA ENTERAL, LIQUIDA, PRONTA PARA USO			
012	EM	2.000	SUPLEMENTO ORAL E/OU ENTERAL PARA PORTADORES DE DIABETES MELLITUS OU PACIENTES COM RESTRICAO DE ACUCAR			
013	EM	1.500	FORMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR E HIPOALERGENICA , EM PO			
014	EM	2.600	DIETA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA COM DENSIDADE CALÓRICA MÍNIMA DE 1.5 KCAL/ML, COM FIBRAS (MÍNIMO 8 GRAMAS/L), ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN			
015	EM	500	FORMULA LACTEA ANTI REGURGITACAO PARA LACTENTES			
016	EM	500	FORMULA LACTEA PARA SEGUNDO SEMESTRE DE VIDA FORMULA ALIMENTAR DE SEGUIMENTO, EM PO			
017	LT	300	NUTRICAO HIPERPROTEICA PARA SITUAÇÕES METABOLICAS ESPECIAIS FORMULADO COM ARGININA			
018	GR	30.000	SUPLEMENTACAO DE FIBRAS SOLUVEIS CARACTERISTICA DO PRODUTO,			
019	GR	1.600.000	SUPLEMENTO ALIMENTAR ENTERAL HIPERPROTEICO ADULTO			
020	EM	2.000	SUPLEMENTO ORAL HIPERPROTÉICO E HIPERCALÓRICO PARA PACIENTES COM NEFROPATIAS EM TRATAMENTO DIALITICO RESTRITO EM SÓDIO POTÁSSIO E FÓSFORO			
021	EM	15.000	SUPLEMENTO ORAL PARA PACIENTES COM DIABETES MELLITUS OU COM RESTRICAO DE ACUCAR LIVRE SEM LACTOSE, GLUTEN E SACAROSE			
022	EM	3.000	DIETA POLIMERICA PARA NUTRICAO ENTERAL			
023	EM	1.000	SUPLEMENTO ORAL HIPERCALORICO			
024	PO	800	DIETA ENTERAL PARA DIABETICO EM PO NUTRICIONALMENTE COMPLETA			
025	PO	1.000	DIETA ENTERAL 100 POR CENTO PROTEINA HIDROLISADA PARA PACIENTES PEDIATRICOS			
026	PO	500	MODULO DE FIBRAS			
027	GR	200.000	FORMULA INFANTIL COM PROTEINAS ISOLADA DE SOJA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ADICIONADA DE L-METIONIMA			
028	GR	200.000	FORMULA INFANTIL COM PROTEINAS ISOLADA DE SOJA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ADICIONADA DE L-METIONIMA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEINA LACTEAS. INDICADA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES.			
029	EM	300	FORMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES			



030	EM	300	FÓRMULA INFANTIL E DE SEGMENTO PARA LACTENTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA À BASE DE PROTEÍNA HIDROLISADA DE ARROZ,			
031	GR	50.000	MODULO DE GLUTAMINA MODULO DE L-GLUTAMINA 100POR CENTO			
032	GR	800.000	SUPLEMENTO ALIMENTAR ADULTO SUPLEMENTO ORAL, EM PO			
033	UN	8.000	MODULO DE SIMBIOTICO			
034	GR	150.000	MÓDULO DE CREATINA 100 % MONOHIDRATADA, PURA PARA NUTRICAÇÃO ENTERAL OU ORAL.			
035	EM	1.000	FORMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR E HIPOALERGENICA EM PO A BASE DE PROTEINA			
036	GR	100.000	Dieta enteral nutricionalmente completa para crianças até 6 anos de idade, normocalórica e normoproteica, de baixa osmolaridade. Distribuição de macronutrientes: 40 a 60% carboidratos; 10 a 20% proteínas; 30 a 40% lipídios.			
037	EM	1.500	Fórmula de probiótico com cinco ou mais cepas de microorganismos liofilizados e altamente concentrados,			
038	EM	1.000	FÓRMULA DE AMINOACIDOS ELEMENTAR I FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES, DE 0 A 36 MESES, NÃO ALERGÊNICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA COM 100 % DE AMINOÁCIDOS LIVRES, UTILIZADA POR VIA ORAL OU ENTERAL			
039	EM	1.000	DIETA ENTERAL PARA DIABÉTICO LIQUIDA			
040	EM	600	DIETA CETOGÊNICA PARA CRIANÇAS COM EPILEPSIA REFRATÁRIA			
041	EM	600	FÓRMULA INFANTIL PARA RECÉM NASCIDOS PRÉ TERMO E/OU ALTO RISCO			
042	EM	6.000	SUPLEMENTO NUTRICIONAL HIPERCALÓRICO (1,5KCAL A 2,0KCAL/ML) -			
043	EM	1.000	DIETA ENTERAL 100% PROTEÍNA HIDROLISADA DO SORO DO LEITE PARA PACIENTES ADULTOS			
044	EM	1.200	MÓDULO DE PROTEÍNA EM PÓ - ALTO VALOR BIOLÓGICO, SOLÚVEL EM ÁGUA, SABOR NEUTRO. ISENTO DE GLÚTEN . EMBALAGEM: 240G A 300G			
045	EM	1.200	MÓDULO DE PROTEÍNA EM PÓ ISOLADA DO SORO DO LEITE - ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM: 250 A 300G			
046	EM	2.400	DIETA ENTERAL LÍQUIDA 1,5 - HIPERCALÓRICA E NORMOPROTEICA. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE, GLÚTEN E FIBRAS. DENSIDADE CALÓRICA 1,5 KCAL/ML. EMBALAGEM: 1000ML = 1500 KCAL.			
047	EM	1.500	MÓDULO DE FIBRAS - FIBRAS ALIMENTARES, MÍNIMO DE 60% FIBRAS SOLÚVEIS. NÃO ALTERA A TEXTURA NEM O SABOR DOS ALIMENTOS. SEM SABOR.			



			APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 250 A 300G.			
048	GR	80.000	FORMULA INFANTIL COM PROTEINAS ISOLADA DE SOJA, ENRIQUECIDA COM FERRO			
049	GR	350.000	MÓDULO DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE ISOLADA, EM PÓ, PARA NUTRIÇÃO ORAL E ENTERAL, DE ALTO VALOR BIOLÓGICO			
050	GR	400.000	FORMULA LACTEA PARA PRIMEIRO SEMESTRE DE VIDA FORMULA ALIMENTAR DE PARTIDA, EM PO,			
051	GR	24.000	SUPLEMENTAÇÃO PROTEICA MÓDULO DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO (100% DE CASEINATO DE CÁLCIO)			
052	GR	120.000	Fórmula Infantil para lactentes e de seguimento destinada a necessidades dietoterápicas específicas,			
053	EM	10.000	FÓRMULA LÍQUIDA PARA SUPLEMENTAÇÃO, USO DE NUTRIÇÃO ENTERAL (SONDA) OU ORAL, NORMOCALÓRICO, HIPERPROTEICO, COM NUTRIENTES ESPECÍFICO PARA A CICATRIZAÇÃO			
					R\$	R\$

Validade da proposta: 60 (Sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços unitários dos itens, total dos itens, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos (duas casas decimais).

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2024

(Processo Administrativo nº 189/2024)

(Registro de Preços nº 035/2024)

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE ITABIRITO**, inscrito sob o CNPJ nº 18.307.835/0001-54, com sede na Avenida Queiroz Junior, nº 635, Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450-228, neste representado pelo Secretário(a) Municipal de Saúde, Sr.(a) Cleusa de Lourdes Claudino, inscrito sob o CPF nº 033.709.406-39, consoante delegação de competência que lhe foi atribuída pelo Decreto Municipal nº 15.035/23, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS**, visando o Registro de preços para futura Aquisição de **FORMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS**, através de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências que serão estabelecidas neste instrumento, como Órgão Gerenciador, durante o exercício de 2024, da abaixo qualificada, no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060, REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2024**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme consta dos autos do Processo Licitatório nº 189/2024, regido na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 14.754, de 10 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Nova Lei de Licitações no âmbito Municipal, na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a defesa do consumidor, com suas alterações subsequentes:

(**NOME DA EMPRESA**), inscrita sob CNPJ nº xxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxx, inscrito(a) sob o CPF nº xxx.xxx.xxx-xx.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto selecionar propostas Aquisição de **FÓRMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS**, através de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências que serão estabelecidas neste instrumento, conforme abaixo demonstrado:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.2. Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, a Proposta da CONTRATADA, o Edital do Pregão Eletrônico nº 90060/2024, e demais elementos constantes no Processo Licitatório nº 189/2024.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano da data de sua publicação



e poderá ser prorrogado, por igual período¹, desde que comprovado o preço, nos termos do art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Está estabelecido, no Cadastro de Reserva, constante do Compras.gov, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

3.2. A ordem de classificação, disposta no inciso anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

3.3. A classificação a que se referem os itens 3.1 e 3.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

3.4. As contratações as quais se referem esta cláusula serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas na cláusula de cancelamento dos preços.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Os licitantes vencedores serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias úteis.

4.2. O prazo estabelecido no inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

4.3. É facultado à Administração, quando o licitante vencedor convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Cláusula Terceira desta Ata, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.4. A recusa injustificada do licitante vencedor ou dos classificados no cadastro reserva em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido no inciso I desta, ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, e definido no Termo de Referência ou Projeto Básico.

5.2. Deverá ser respeitada, quando da formalização do instrumento contratual ou correlatos, a vigência estabelecida no instrumento convocatório.

5.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade desta Ata.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

6.2. Os contratos firmados decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal 14.133/2021.

¹ Conforme Processo 1128010 – Consulta do tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações nos preços registrados, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas às disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021.

7.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os licitantes para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

7.3. Será respeitada a ordem de classificação, prevista na cláusula terceira, dos licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.4. Os licitantes que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.5. Na ocorrência dos preços registrados na Ata tornarem-se inferiores aos praticados pelo mercado e o licitante não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1. Liberar o licitante do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. Convocar os demais licitantes, registrados em cadastro reserva, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.6. Não havendo êxito na negociação, o Município de Itabirito procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o licitante:

8.1.1. Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem ~~superiores~~ ^{superiores} àqueles praticados no mercado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

8.2. O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.4, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa.

8.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer também por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

8.3.1. Por razão de interesse público; ou

8.3.2. A pedido do fornecedor.



9. CLÁUSULA NONA - DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Compete ao órgão gerenciador:

9.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;

9.1.3. Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

9.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

9.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DEVERES DO LICITANTE VENCEDOR

10.1. Compete ao licitante vencedor:

10.1.1. Cumprir todas as regras acerca da execução ou aquisição do objeto, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e seus Anexos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Desde que realizado estudo e devidamente demonstrado o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante concordância por parte do órgão gerenciador.

11.2. Os órgãos ou entidades não participantes, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11.3. As autorizações de adesões desta Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

11.4. Os quantitativos decorrentes das adesões desta Ata não excederão, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.5. Caberá ao licitante, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e/ou futuras decorrentes desta Ata, assumidas tanto com o órgão gerenciador quanto com os órgãos participantes.

11.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada, em até 90 (noventa) dias, observado o prazo da vigência da ata.

11.7. É de competência do órgão ou entidade que aderiu à ata, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo licitante das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1. O Licitante que inadimplir as obrigações assumidas nesta Ata, no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções e ao pagamento de multas previstas, conforme o caso, no Edital e no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Esta Ata de Registro de Preços implica compromisso de fornecimento nas condições aqui estabelecidas, bem como no Edital e seus anexos, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

13.2. A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. É competente o Foro da Comarca de Itabirito-MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

14.2. E por estarem justas e compromissadas, assinam a presente Ata, para todos os fins de direito.

Itabirito, XX de XXXXXXXX de 2024.

Cleusa de Lourdes Claudino
Secretária Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Itabirito

Gestor(a) da Ata
Prefeitura Municipal de Itabirito

Gestor(a) Suplente da Ata
Prefeitura Municipal de Itabirito

Empresa
Representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2024

(Processo Administrativo nº 189/2024)

(Registro de Preços nº 035/2024)

ANEXO IV – MINUTA TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 189/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90060/2024

AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS, ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO E CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS QUE SERÃO ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITABIRITO E CONTRATADA.

O **MUNICÍPIO DE ITABIRITO**, inscrito sob o CNPJ nº 18.307.835/0001-54, com sede na Avenida Queiroz Junior, nº 635, Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450-228 neste ato representado pela Secretaria Municipal de Saúde, Sr.(a) Cleusa de Lourdes Claudino, consoante Decreto Municipal nº 15.035/23, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, telefone:, e-mail:, neste ato representada por, portador do CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 189/2024 e em observância às disposições da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico da Licitação nº 90060/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Aquisição de **FÓRMULAS NUTRICIONAIS INDUSTRIALIZADAS**, através de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências que serão estabelecidas neste instrumento.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital de Licitação;

A Proposta do contratado; e

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado conforme Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta no certame licitatório.

7.2. Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento do contratado e depois de transcorrido um ano da data da apresentação da proposta no certame licitatório, de acordo com o índice IPCA.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

8.5 Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

8.6 Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7 Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

8.9 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

8.10 Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

8.11 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

8.12 Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

8.13. Além de todas as obrigações previstas no edital supracitado.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;



- 9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
- 9.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8 Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 9.9 Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 9.10 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 9.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
- 9.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.15 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.19 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



9.20 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.21 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.22 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.23 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.24. As Fórmulas Nutricionais Industrializadas deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico Setor de Materiais Médicos, situado no Polo industrial Santa Luzia, Rodovia MG 30, km 72 - Rua: Engenheiro Simão Lacerda, número 3650, Bairro Gutierrez, nesta cidade, no horário de 7:00h as 13:00h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

9.25. Os produtos objeto da presente licitação serão entregues de forma parcelada pela CONTRATADA, de acordo com as Notas de Autorização de Fornecimento emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, os produtos deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal N.14.133/21.

9.26. As embalagens dos produtos devem apresentar número de lote, data de fabricação e data de validade.

9.27. O acondicionamento e transporte dos produtos devem ser feitos dentro dos padrões e recomendações técnicas, devidamente protegidos de pó e variações de temperatura.

9.28. Os produtos serão recebidos provisoriamente, para posterior verificação da conformidade com a quantidade, especificação e preço, comparando-se os dados descritos na Autorização de Fornecimento com a Nota Fiscal.

9.29. A aceitação definitiva dar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas.

9.30. Caso o fornecimento apresente irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões solicitados, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará a regularização no momento da entrega e abrirá o prazo para a regularização de 5 (Cinco) dias úteis a partir da formalização do pedido de regularização.

9.31. As validades dos produtos recebidos deverão ser de no mínimo 75% do prazo total de validade do produto.

9.32. Em caso de descumprimento aplicar-se-á as penalidades previstas no Decreto Municipal 10.641/2015.

9.1. Condições de Entrega:

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dez dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



9.1.3. O descarregado do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

9.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de dez dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 dias úteis.

9.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.9. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990.

9.2. Do recebimento

9.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.3. O descarregado do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

9.2.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.2.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

9.2.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.2.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



9.2.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.2.9. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades previstos na legislação de proteção de dados pessoais vigente, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada pela legislação.

10.2. Havendo qualquer tipo de tratamento de dados pessoais pelas partes, entendendo-se por tratamento, a especificação contida na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, se obrigam a fazê-lo para exclusivo cumprimento do presente instrumento e respeitando o alcance de respectivas autorizações e consentimentos e legítimo interesse.

10.3. O CONTRATANTE é exclusivamente responsável pela coleta dos dados pessoais das partes envolvidas, nos termos da legislação vigente e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na condição de controlador dos dados, os quais deverão ser transferidos ao CONTRATADO para a execução do contrato, que realizará o tratamento dos dados na condição de operador.

10.3.1. O CONTRATANTE deve diligenciar o enquadramento das atividades das quais seja CONTROLADOR nas bases legais descritas na lei, inclusive coletando o consentimento dos titulares, caso seja necessário.

10.4. O eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das partes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte, ficando somente a parte infratora, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes.

10.5. Qualquer incidente relacionado à proteção de dados pessoais, ao processamento de tais dados ou qualquer violação de segurança no âmbito das atividades do CONTRATANTE, deverá ser comunicado ao CONTRATADO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da confirmação da ocorrência.

10.6. O presente contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATADO ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para o CONTRATANTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes deverão atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

11.2. As partes manterão sigilo absoluto sobre os dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais de propriedade uma da outra, que tenham sido desenvolvidos durante sua vigência, ou que eventualmente tenham conhecimento em razão deste instrumento.



11.3. As partes se obrigam a não publicar, divulgar, colocar à disposição ou fazer uso sem autorização, por qualquer forma ou meio, direta ou indiretamente, das informações consideradas confidenciais nos termos dos itens deste contrato, sob pena de incorrer em infração grave e dar justa causa à rescisão deste instrumento, respondendo legalmente por eventuais perdas e danos decorrentes da não observância desse item.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 3º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.3. A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou contratado, isolada ou cumulativamente as demais sanções previstas no item 13.2, pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas citadas no item 13.1.

13.3.1. A multa moratória será aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, conforme art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3.2. A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecidas em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.



13.3.3. A multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.4. A multa compensatória de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.5. Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I - Tumultuar a sessão pública da licitação;

II - Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

III - Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

IV - Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

VI - Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

VII - Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

VIII - Não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

IX - Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

X - Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

XI - Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XII - Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XIII - Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIV - Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XV - Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - Não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVII - Subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

13.6. Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as



especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal será aplicada pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período de até dois anos.

II - Dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período de até três anos.

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período de até dois meses.

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período de até seis meses.

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena - impedimento pelo período de até um ano.

13.8. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - até quatro anos.

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - até seis anos.

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - até seis anos.

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - até cinco anos.

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - até seis anos.

13.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;



- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.17. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficarão ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Gestão/Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fonte de Recursos: 1502 – RECURDO PRÓPRIO

Programa de Trabalho: 10.301.1001.6127 MANUT. ATIV. ESPECIALID. MÉDICAS

Elemento de Despesa: 33900000- MATERIAL DE CONSUMO



15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itabirito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itabirito, XX de XXXXXXXX de 2024.

Cleusa de Lourdes Claudino
Secretária Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Itabirito

Contratante

Fiscal

Gestor

Fiscal Suplente

Gestor Suplente

Contratado



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2024

(Processo Administrativo nº 189/2024)

(Registro de Preços nº 035/2024)

ANEXO V – DECRETO E INSTRUÇÕES NORMATIVAS PERTINENTES

Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1t7BxgsQ-hfXqE6jpWyurBVpp0pLhXhlc?usp=sharing>